

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço fiscal chega hoje ao Congresso com mudanças 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com ajuda de empresários, Lula quer trocar Bolsa Família por novos CNPJs - CAPITAL S/A
..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem recuo ao taxar o e-commerce 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Prévia do PIB mostra economia em ritmo lento - MERCADO S/A 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita pode arrecadar milhões com venda de criptoativos por corretoras estrangeiras
..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar se alinha ao exterior e sobe enquanto mercado espera arcabouço 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica tenta "blindar" regras que vão orientar nova âncora 12

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A um mês do prazo, grupo na Câmara busca consensos 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros caem em junho e crescimento será maior 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Importação isenta 21

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
ECONOMIA

Fundos têm perdas com aposta em juros nos EUA 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo conta com rara expansão nas receitas para zerar déficit em 2024 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Órgão deve monitorar efeitos do arcabouço fiscal 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Recessão segue no radar, mas reformas podem mudar rumo" 26

Terça-Feira, 18 de Abril de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Nova regra fiscal encoraja investimento no Brasil, diz diretor do Banco Mundial 28

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A agenda "três em um" de Alckmin na Presidência 29

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A arrogância do Twitter - ELIO GASPARI 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Expectativa com regra fiscal divide notáveis 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Negociação tributária soma R\$ 400 bi em três anos e deixa Refis para trás 34

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impostos absurdos tornam tudo mais caro no Brasil (Editorial) 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alexandre Ostrowiecki Precisamos de regra que iguale carga tributária de empresa do Brasil e da China - PAINEL S.A.
..... 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma tributária não vai funcionar" 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo sofre derrotas, e Planalto vê desarticulação política no Congresso 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Compras digitais: governo não vai recuar, diz Casa Civil 44

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço: mudança no ICMS não deve ter efeito no curto prazo 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ato faz sociedade pagar aposentadoria de pastores, diz presidente do Sindifisco 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo condiciona R\$ 172 bi em despesas no ano que vem à aprovação da nova regra fiscal
..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária longe do mundo real (Artigo) 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita aplicou mais de R\$ 44 bilhões em multas derrubadas pelo Supremo 52

Terça-Feira, 18 de Abril de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jogo de cena na reforma tributária (Editorial).....54

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados ligados ao agro fazem ofensiva para retomar área de influência no governo -
COLUNA DO ESTADÃO

.....55

Arcabouço fiscal chega hoje ao Congresso com mudanças

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve entregar hoje ao Congresso Nacional a proposta de arcabouço fiscal que vai substituir o teto de gastos. Embora as linhas gerais do projeto tenham sido apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de março, o texto formal só chegará aos parlamentares agora.

Antes do envio, a equipe econômica promoveu uma alteração no texto final afim de torná-lo mais forte, como revelou a colunista do GLOBO Míriam Leitão.

Com o objetivo de demonstrar maior compromisso com os parâmetros da regra fiscal e dificultar mudanças no texto, a Fazenda decidiu colocar tanto os conceitos do marco fiscal quanto os valores que serão utilizados nos próximos quatro anos no projeto de lei complementar.

O texto deixa a possibilidade de mudança dos parâmetros por meio de lei ordinária somente a partir do próximo governo. Inicialmente, a ideia era definir os conceitos do arcabouço em lei complementar e os parâmetros em lei ordinária.

São parâmetros da regra que a alta das despesas acima da **inflação** seja equivalente a 70% da variação real das receitas -assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% do crescimento dos gastos acima do índice de preços. São esses números que só poderão ser alterados durante o mandato de Lula por lei complementar.

Para aprovar uma lei complementar, é necessário o apoio da maioria absoluta de deputados (257 dos 513) e senadores (41 dos 81). Uma lei ordinária pode ser aprovada com maioria simples e alterada por medida provisória (MP).

O que motivou o adiamento do envio do texto ao Congresso, de ontem para hoje, foi a ida a São Paulo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que passou por exames de rotina na capital paulista, após ter se submetido a uma cirurgia no início do mês.

De acordo com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o arcabouço será entregue em mãos pelo presidente Lula aos chefes da Câmara e do

Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Palácio do Planalto. O governo vai aproveitar que os presidentes das Casas já estarão no Planalto. Lula vai realizar uma grande reunião no Planalto com ministros, governadores e chefes dos Poderes para tratar de medidas para combater a violência nas escolas.

Segundo Padilha, a expectativa é que o relator da proposta no Congresso seja definido ainda nesta semana.

RECEITAS DE R\$155 BI O governo estabeleceu como meta zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano, número que já está previsto no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado ao Congresso na última sexta-feira.

Para isso, a proposta da LDO já considera uma expansão de receitas da ordem de R\$ 155 bilhões por conta de medidas que ainda não foram formalmente apresentadas. Na lista, estão ações como a taxaço das apostas online e o aperto na fiscalização para garantir o pagamento de imposto na importação de produtos comprados de plataformas estrangeiras. Como parte dessa arrecadação precisa ser partilhada com estados e municípios, o governo estima uma receita líquida de R\$90 bilhões.

"Nas projeções de receitas foram incorporados os efeitos na arrecadação tributária de medidas legislativas que se encontram em discussão no Poder Executivo e que implicarão aumento de R\$ 155,7 bilhões na arrecadação das receitas administradas pela **RFB (Receita Federal do Brasil)** em 2024", afirma o texto do projeto da LDO.

As projeções consideram ainda a recomposição total das alíquotas do PIS/Cofins e da Cide sobre os combustíveis e a retirada do ICMS da base dos créditos do PIS e da Cofins (com previsão de impacto da ordem de R\$ 90 bilhões por ano). O governo elevou parcialmente os **impostos** federais sobre gasolina e etanol até o fim de junho. Depois, os **tributos** voltarão a ser cobrados integralmente.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com ajuda de empresários, Lula quer trocar Bolsa Família por novos CNPJs - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Uma ação de estímulo ao empreendedorismo será intensificada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome do governo Lula. "Não assumi esse cargo para manter a fome, mas para acabar com ela", reforçou o ministro Wellington Dias. Ele se reuniu ontem com representantes do setor produtivo do Distrito Federal para criar um GT que vai elaborar a parceria. O objetivo é que entidades do comércio e da indústria capacitem os beneficiários do Bolsa Família para que possam ser empreendedores. E assim promover inclusão socioeconômica para que essas pessoas garantam a sua própria renda e não precisem mais do auxílio do governo. A proposta é que o projeto piloto seja na capital federal.

R\$ 1,1 bilhão Valor do fundo criado pelo MDS para o projeto

170 mil É o número de pessoas no DF cadastradas no Bolsa Família

Fibra, Fecomércio e Sindsei

Participaram da reunião, no ministério, o vice-presidente da Fibra, Pedro Henrique Verano; o presidente da Fecomércio, José Aparecido Freire; e Marco Tulio Chaparro, presidente do Sindicato das Empresas de Serviço de Informática do Distrito Federal (Sindesei-DF). Eles foram levados pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT).

Ti ti ti da China 1

Nas rodas de empresários na capital federal, a pergunta provocativa é se era fake news que Lula iria "acabar com o dólar". A fala do presidente na China, sugerindo uma moeda alternativa ao dólar nas transações comerciais internacionais, gerou ruídos e ironias.

Ti ti ti da China 2

O incômodo do agronegócio com a presença do líder do MST João Pedro Stedile na comitiva presidencial foi expressado no plenário do Senado em discursos. A

bancada ruralista no Congresso chegou a pedir a prisão de Stedile por declarações do ativista, consideradas como "ameaças" aos proprietários rurais.

Defesa

O petista Chico Vigilante, que tem um bom trânsito entre empresários do comércio e da indústria no DF, afirmou que o agro não tem que se preocupar: "O MST só invade terra improdutivo", retrucou.

E defendeu a ida de Stedile. "O movimento hoje é um grande produtor da agricultura e está na China para vender os produtos deles também", reforçou.

Apoio a indígenas em universidades

Sessenta e dois indígenas, dos quais 60% mulheres, vão receber uma bolsa de R\$ 1 mil para apoio à sua permanência no ensino superior, além de um notebook. Os selecionados fazem parte do programa Pipou, desenvolvido pela Vale e o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN).

A iniciativa faz parte da agenda com os objetivos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

UnB

Nesta edição, participam estudantes de 32 povos de 16 universidades, distribuídas por 12 estados. Indígenas alunos da UnB estão entre os contemplados. São matriculados nos cursos de geologia, medicina, ciências sociais, engenharia de redes de comunicação, engenharia florestal e psicologia.

Sustentabilidade

"Esse projeto está em linha com nossa busca pela mineração sustentável, que se baseia no relacionamento construtivo, de benefícios mútuos e no respeito aos direitos dessas populações, como a educação", destaca Camilla Lott, diretora de Sustentabilidade da Vale

Reforma tributária no cardápio

O presidente da Abras, João Galassi, esteve em Brasília com o deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária**, em um almoço no qual o tema foi a pauta da mesa. A Associação Brasileira de Supermercados fará apresentação no GT da reforma e apontará a proposta do setor com alíquotas múltiplas. "Inclusive a imprescindível alíquota zero para os alimentos básicos", disse Galassi.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/18/all.pdf>

Sem recuo ao taxar o e-commerce

Em defesa do combate ao "contrabando digital", o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse, ontem, que o Ministério da Fazenda não deve recuar em fazer com que as empresas do comércio eletrônico paguem o imposto devido. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou o cerco a varejistas asiáticas, como a Shein, que estariam burlando a tributação ao usar uma brecha para a isenção fiscal sobre compras internacionais entre pessoas físicas no valor de até US\$ 50.

Ele estimou essas receitas em cerca de R\$ 155 bilhões, que serão usadas pelo governo para garantir as previsões de despesas e zerar o déficit das contas públicas em 2024. O secretário salientou, porém, que tais cálculos são conservadores.

"Não vamos voltar atrás. Há tributação e não é efetivada. Tomaremos medidas para tornar eficiente a tributação que já existe", disse Barreirinhas. O secretário não tratou do fim da isenção para o envio de encomenda de pessoa física para pessoa física de até US\$ 50.

Barreirinhas disse que a Receita vai aplicar a lei já existente. Confirme explicou, a norma que o Fisco vai baixar será para conseguir aplicar a lei - são instrumentos de fiscalização e sanção. "Comecei a resposta deixando muito claro que só ia aplicar a lei existente, que já prevê a tributação sobre comércio eletrônico sem qualquer benefício. Não falei nada de isenção porque não tem nada a ver com comércio eletrônico. Não muda nada para as empresas que declaram corretamente e seus clientes", explicou Barreirinhas, que participou de entrevista do Ministério do Planejamento e Orçamento para detalhar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

Fechamento de brechas

De acordo com o secretário da Receita, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu a ele a meta de fechar essas brechas. O titular da pasta já classificou distorções tributárias, fraudes, planejamentos e privilégios para setores específicos como "jabutis tributários". Barreirinhas disse que está bastante "confortável" com o potencial de arrecadação.

O secretário ponderou que não haverá recuo na estratégia de Haddad de ir em busca dos "jabutis". "Posso garantir que temos convicção total de que não voltaremos atrás em relação a metas. Medidas pontuais podem ser revistas ou alteradas, sem mudar

resultado final", frisou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/18/all.pdf>

Prévia do PIB mostra economia em ritmo lento - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A economia brasileira começou 2023 em ritmo lento. Pelo menos é isso o que mostra o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, considerado a prévia do **PIB**. Em janeiro, o indicador recuou 0,04% em relação a dezembro. Detalhe importante: o mercado havia projetado alta de 0,21%. Na comparação com o mesmo mês de 2022, o IBC-Br acelerou 3,03%. Portanto, o cenário permanece nebuloso, com sinais conflitantes que impossibilitam a definição sobre qual caminho o país seguirá nos próximos meses. Um ponto é inquestionável: o Brasil precisa de um novo marco fiscal para sinalizar o compromisso do governo com as contas públicas. Enquanto o tal arcabouço não vier, as incertezas sobre os rumos da economia nacional continuarão em alta. A boa notícia é que a **inflação** perdeu força e o cenário está, enfim, um pouco mais favorável para a queda dos juros. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) será no início de maio.

Alibaba amplia número de voos para o Brasil

Enquanto o governo não define as novas regras tributárias para empresas estrangeiras e-commerce - especialmente as chinesas -, o grupo Alibaba aumenta o número de voos para o Brasil. Há alguns dias, a companhia Cainiao, braço de logística do Alibaba, realizou o voo inaugural entre Shenzhen, uma das maiores metrópoles da China, e São Paulo. Serão dois voos semanais com capacidade de carga superior a 220 toneladas por viagem. O Brasil se tornou um dos principais mercados do Alibaba no mundo.

Segundo Serasa, 35 milhões de brasileiros não têm registros financeiros

Não é à toa que as fintechs encontram no Brasil campo fértil para prosperar. Um estudo da Serasa Expererian mostrou que 35,3 milhões de brasileiros - ou 22% da população adulta do país - não possuem "qualquer informação de crédito". O que isso significa? Eles não têm contas de consumo, financiamentos, empréstimos ou faturas de cartão de crédito registrados em seu CPF. Esse público não usa crédito regularmente porque enfrenta dificuldades financeiras. É aí que as fintechs entram em cena.

Executivo de banco diz que crise não deve se agravar

A crise econômica global poderá se agravar e causar estragos como em 2008, quando o desastre do subprime provocou quebraadeira generalizada nos Estados Unidos? A resposta de um dos executivos mais importantes da indústria financeira é taxativa: não. Em conferência com acionistas, Jamie Dimon, CEO do banco americano J.P. Morgan, afirmou que o cenário atual é muito diferente. "Já vimos inclusive as coisas se acalmarem um pouco", disse, referindo-se à falência de bancos de nicho no início de 2023.

RAPIDINHAS

» As receitas geradas pelas exportações brasileiras de peixes chegaram a US\$ 23,8 milhões no ano passado. O valor é modesto perto de outros alimentos, mas está em expansão - subiu 15% em 2022. O levantamento foi feito pela Embrapa a pedido da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR). A tilápia responde por 98% dos negócios.

» É fácil entender por que os clubes de futebol estão preocupados com a tributação das páginas da web para apostas esportivas. Levantamento feito pelo site Máquina do Esporte constatou que dos 124 times que disputarão alguma divisão nacional em 2023, 69% são patrocinados por plataformas de apostas.

» A Coca-Cola aposta suas fichas no mercado de bebidas alcoólicas. A empresa vai lançar no Brasil o Lemon-Dou, cuja receita é inspirada num drinque japonês. Por enquanto, a bebida estará disponível em supermercados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. A depender dos resultados de vendas, ela será levada para outras unidades da Federação.

» A adoção da inteligência artificial trará frutos financeiros para o agronegócio brasileiro. Um estudo da consultoria McKinsey aponta que as aplicações de internet das coisas (IoT, na sigla em inglês) deverão gerar ganhos econômicos entre US\$ 5 bilhões e US\$ 21 bilhões até 2025, a depender do grau de adoção das tecnologias.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/18/all.pdf>

Receita pode arrecadar milhões com venda de criptoativos por corretoras estrangeiras

Toni Sciarretta De São Paulo

Além das plataformas de e-commerce estrangeiras e dos sites de apostas, a **Receita Federal** mira também a arrecadação tributária da negociação de criptoativos em corretoras estrangeiras, com um potencial de cerca de R\$ 500 milhões por ano. Considerados produtos digitais importados, a maior parte do que é negociado nessas plataformas, normalmente por pessoas físicas, passa ao largo da tributação, de forma semelhante ao que ocorre no comércio eletrônico que foi alvo de contestação das varejistas nacionais sob argumento de concorrência desleal.

Nas negociações de criptomoedas, apenas uma pequena fração das transações feitas por meio das plataformas estrangeiras é declarada, geralmente, aquelas feitas por gestoras de recursos e por family-offices. O investidor pessoa física que opera por meio dessas plataformas fica encarregado de recolher o imposto-pela emissão do documento fiscal "Darf" -, que incide basicamente sobre ganho de capital, em transações com valor superior a R\$ 35 mil.

No ano passado, as importações declaradas de criptomoedas somaram R\$ 7,5 bilhões e junto com objetos de pequenos valores chegaram a R\$ 20,64 bilhões, com forte impacto na balança comercial. Isso é apenas uma pequena parte do mercado de criptomoedas no país, estimado em R\$ 50 bilhões no ano passado-desse total, até 70% foi negociado por meio das plataformas estrangeiras.

Como no caso do e-commerce, o problema maior da Receita é como operacionalizar essa tributação, uma vez que as plataformas estrangeiras ainda não são obrigadas a ter domicílio fiscal no país. Isso deverá ocorrer quando entrar em vigor o chamado marco legal das criptomoedas, que passa a valer a partir de junho. A implementação depende ainda de um decreto presidencial, quando deverá ser criada a figura das chamadas Vasps, as provedoras de serviços de ativos digitais que deverão ter registro obrigatório no país.

A Abcripto, associação que representa as corretoras de criptoativos locais, é defensora da tributação das rivais estrangeiras, como a Binance, que chegou a ter 70% dos negócios com bitcoin, sob argumento de uma competição mais leal no setor de ativos digitais. O tema virou uma das principais bandeiras da entidade.

As exchanges brasileiras precisam reportar para a **Receita Federal** as posições financeiras dos clientes, cujos dados poderão mais tarde ser confrontados com as informações prestadas pelos contribuintes. Já as exchanges domiciliadas fora do país ainda não têm essa obrigação, o que abre brecha para sonegação.

Estudo feito pela consultoria LCA mostra que o setor de ativos digitais faturou entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 1,7 bilhão em 2021, último dado consolidado. Desse total, R\$ 719 milhões (42,2%) corresponderam às plataformas estrangeiras, que não são tributadas. Com a chamada "internalização" desses negócios, que virá ainda este ano com a regulamentação infralegal, o setor que já contribuiu em 2021 com R\$ 314 milhões em **tributos** somaria mais R\$ 247 milhões.

"Estamos falando de uma arrecadação de cerca de R\$ 500 milhões em 2023. Queremos isonomia na competição. Nossos concorrentes não declaram nem pagam **impostos**", diz Bernardo Srur, presidente-executivo da associação das corretoras locais.

A **Receita Federal** deixa de arrecadar cerca de R\$ 78 milhões por ano apenas com o Imposto de Renda (IR) que não é pago nas transações por meio das plataformas estrangeiras, segundo estimativa da LCA. Em 2021, os atuais contribuintes recolheram R\$ 107 milhões em IR.

O maior potencial de arrecadação, no entanto, diz respeito às tributações de operações cambiais, de cerca de R\$ 107 milhões nessas plataformas, segundo a LCA. As corretoras locais contribuíram com R\$ 122 milhões. A prestação de serviços somou R\$ 85 milhões e deve totalizar mais R\$ 62 milhões com a internalização dos negócios das estrangeiras.

Para Thiago Barbosa Wanderley, sócio do Ogawa, Lazerotti e Baraldi Advogados, por mais que seja editada uma norma que imponha tributação contra uma exchange estrangeira, o governo não consegue realizar o "enforcement" da regra, tendo em vista que não possui autoridade para executar aqueles que estão fora do território nacional.

"A única forma de alcançar por meio da tributação as operações realizadas em exchanges estrangeiras seria encontrar um elo que possua vínculo com o

Brasil. Na prática, o elo se dá por meio dos próprios investidores ou por pessoas jurídicas que atuam como intermediários das operações entre investidores brasileiros e a exchange", afirma.

Uma das opções seria impor uma maior responsabilidade tributária às pessoas jurídicas intermediárias, que viabilizam depósitos e saques via Pix para as exchanges do exterior. Mas isso dependeria da edição de novas regras e de atribuições adicionais a esses intermediários.

Gisele Bossa, sócia do Demarest Advogados, diz que as autoridades fiscais de diferentes países trabalham de forma conjunta para fechar o cerco à sonegação por meio das plataformas de criptoativos. Ela acrescenta não ter conhecimento ainda de autuações fiscais no Brasil decorrentes da falta de declaração à Receita que tenha sido originada a partir da troca de informações com outras autoridades.

"Na prática, o contribuinte pode buscar países que não tenham regulamentado o tema, mas com a ampla adesão aos acordos de assistência mútua para troca de informações financeiras e fiscais e para fins de evitar a lavagem de dinheiro, o tema está no radar e na agenda global da OCDE e dos estados aderentes", afirma.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** preferiu não comentar o assunto. A Binance, maior corretora estrangeira no país, diz que atua em acordo com o cenário regulatório do Brasil e mantém permanente diálogo com as autoridades para desenvolvimento do setor. "A Binance reforça que cada cidadão tem a responsabilidade de recolher seus **impostos** de acordo com as determinações das autoridades fiscais brasileiras", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187522>

Dólar se alinha ao exterior e sobe enquanto mercado espera arcabouço

Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

A sessão de ontem foi de pouca liquidez e variação para os ativos locais, na medida em que investidores seguiram à espera da divulgação do texto do arcabouço fiscal, que deve ser entregue hoje pelo governo ao Congresso Nacional. Destaque para o dólar à vista, que interrompeu a sequência de pregões de depreciação contra o real na sessão, refletindo recuperação global da moeda americana.

No fim do dia, a divisa registrou alta de 0,43%, cotada a R\$ 4,9362, enquanto o Ibovespa cedeu 0,25%, aos 106.016 pontos. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 subiu de 13,19% para 13,22%; e a do DI para janeiro de 2027 recuou de 11,74% para 11,725%, em pregão pouco líquido. O volume negociado no contrato mais líquido do mercado de juros, o DI para janeiro de 2025, foi de R\$ 31,94 bilhões, enquanto a média diária negociada no contrato em 2023 é de R\$ 61 bilhões.

Os investidores seguiram aguardando o detalhamento da proposta de arcabouço fiscal, que, segundo o líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE), será entregue ao Congresso pelo Executivo nesta terça-feira e pode ser aprovado em menos de 20 dias. Nessa linha, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmou em entrevista que o texto do novo marco fiscal do país deve ser aprovado "sem dificuldades".

O contexto de aparente melhora na percepção de risco fiscal pelos agentes de mercado gerou expectativa por uma possível redução nas projeções de **inflação** para os anos seguintes no relatório Focus do Banco Central, fato que não se concretizou. A mediana das projeções dos economistas do mercado para a **inflação** oficial brasileira de 2023 subiu de 5,98% para 6,01%, e, para 2024, também avançou, de 4,14% para 4,18%. Para 2025 e 2026, permaneceu em 4%.

"O boletim Focus mostrou leve piora nas estimativas de **inflação** e de crescimento econômico, porém pela primeira vez em pouco mais de três anos indicou uma perspectiva de queda na taxa Selic esperada para dezembro de 2023. A projeção para a taxa básica referencial recuou para 12,5%, ante os 12,75% que vigoravam desde a edição de 10 de fevereiro",

afirmam os profissionais da Ágora Investimentos.

Lucas Tambellini, sócio da Sumauma Capital, aponta que a recuperação exibida pelos ativos locais na semana passada veio após forte movimento negativo e que ainda não dá para falar que existe melhora relevante no ambiente. No entanto, diz que os ativos podem se beneficiar com a suplantação do tema fiscal nas próximas semanas e com a discussão sobre uma antecipação do início do ciclo de cortes de juros, que entrou em pauta.

"Vai demorar para entendermos se o arcabouço fiscal funciona, porque depende da arrecadação, mas serviu para mostrar que teremos alguma regra e que a ala do ministro Fernando Haddad tem certa força no governo. A apresentação do texto e uma aprovação célere no Congresso também ajudam na margem, porque tiram o assunto da frente", diz, acrescentando que espera mais dificuldades na questão tributária.

Lá fora, o dólar já demonstrava algum fôlego durante a manhã, mas passou a ganhar ainda mais força após o índice Empire State de atividade industrial americana vir em linha com a expectativa de economistas. Vale apontar que o setor imobiliário tem sofrido com o processo de aperto dos juros nos EUA.

"Se olharmos para todas as moedas, podemos ver que o real não está ruim. Até considerando que o real valorizou muito na semana passada, com essa força do dólar lá fora, poderíamos ver uma queda maior, mas acompanhamos os pares", diz o economista Victor Beyruti, da Guide Investimentos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187522>

Equipe econômica tenta "blindar" regras que vão orientar nova âncora

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A equipe econômica traçou uma estratégia para tentar blindar a nova âncora fiscal e tornar mais difícil mudar os valores de referência da regra - que vai substituir o atual teto de gastos. Em outra frente, o governo pressiona por uma aprovação mais rápida do projeto, de forma a garantir os recursos de que precisa para manter seus principais programas.

Na entrevista para apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, repetiu ontem que essas políticas públicas não cabem no Orçamento de 2024 se o projeto do arcabouço não for aprovado. Nessa cesta, diz o governo, entram recursos para o programa Minha Casa, Minha Vida, para manutenção de rodovias federais, funcionamento de instituições federais de ensino superior e até o percentual de aumento real (acima da **inflação**) para o salário mínimo (leia mais ao lado).

"Politicamente, precisamos do arcabouço fiscal para ontem", disse Tebet, acrescentando que, "quanto mais rápido a norma for aprovada, mais vamos garantir segurança jurídica".

Ainda segundo ela, a aprovação do novo marco fiscal terá impacto benigno na Bolsa de Valores, no câmbio e nas discussões sobre a taxa de juros.

A expectativa é de que o texto final do projeto seja apresentado entre hoje e amanhã ao Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), prometeu que, em "duas ou três semanas, no máximo," a proposta deverá ser votada em plenário.

Pelas diretrizes apresentadas, o Orçamento tem um "furo" de R\$ 172 bilhões nas despesas, que ficarão condicionadas à aprovação do arcabouço fiscal.

O projeto de lei foi feito considerando um aumento entre R\$ 145 bilhões e R\$ 155 bilhões de receitas com base em medidas tributárias que ainda não foram tomadas.

O secretário da **Receita Federal**, Robson Barreirinhas, disse que o governo está "confortável" com o potencial de arrecadação dessas medidas, e que os valores são "conservadores". O mercado, no entanto, está cético

em relação à capacidade de o governo conseguir aprovar esse pacote tributário. O secretário de Orçamento, Paulo Bijos, disse que a LDO levou em conta R\$ 90 bilhões de receitas com as medidas tributárias. O restante será repassado aos Estados e aos municípios, como manda a legislação que trata da repartição de **tributos** federais.

BLINDAGEM.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe trabalharam nos últimos dias para reforçar no projeto de lei complementar que cria o novo arcabouço um maior compromisso com os parâmetros na "largada" da nova regra. A ideia é blindar o projeto e tentar dificultar eventuais mudanças nos parâmetros que vão ser incluídos no texto.

Segundo apurou o Estadão, a versão final pode incorporar os valores dos parâmetros já à lei complementar para os próximos quatro anos, deixando a possibilidade de mudança por lei ordinária só a partir do próximo governo.

Os parâmetros que devem estar no texto tratam do percentual de 70% da variação da receita que servirá de referência para crescimento das despesas de um ano para o outro.

E também a banda (entre 0,6% e 2,5%) para o crescimento das despesas acima da **inflação** no Orçamento da União. Ou seja, as **despesas** vão sempre crescer, no mínimo, 0,6% acima da **inflação** e, no máximo, 2,5%.

A ideia inicial era deixar os conceitos do arcabouço (o modelo de funcionamento) na lei complementar, enquanto os valores dos parâmetros saíam em lei ordinária.

Agora, segundo integrantes da Fazenda, o governo enviará tanto o desenho geral das novas regras quanto os parâmetros para o seu cumprimento por lei complementar. Uma lei complementar precisa ser aprovada através do chamado quórum qualificado, que exige a maioria absoluta dos senadores e deputados, em sessões separadas. Já uma lei ordinária depende de maioria simples de votos para ser aprovada.

Tebet e Haddad estão tendo de ser "equilibristas" para

buscar o apoio do mercado e, ao mesmo tempo, do PT. "Muitos se surpreenderam com a rigidez da arcabouço para um governo desenvolvimentista, afirmou Tebet, ao falar sobre projeções da LDO que mostram que as despesas cairão de 18,7% do **PIB** para 17,7% do **PIB** de 2024 a 2026. Já Bijos reforçou que o ajuste das contas públicas vai ser gradual. Uma fala voltada para "acalmar" os críticos do PT que temem uma regra com arrocho nas despesas.

Valor de aumento do mínimo vai depender de regra fiscal, diz Tebet

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que é "óbvio" que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai manter a promessa de aumentos reais (acima da **inflação**) para o salário mínimo em 2024. "Você tira de qualquer lugar (os recursos), mas Lula não vai descumprir promessa de campanha sobre salário. O quanto de aumento real terá o salário mínimo vai depender da aprovação do arcabouço fiscal", disse ela.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estima que o salário mínimo vai subir para R\$ 1.389 no próximo ano. Esse valor da proposta considera apenas a correção pela **inflação** medida pelo INPC neste ano, sem alta real.

Mesmo sem o ganho real, a LDO já tem um "furo" de R\$ 172 bilhões de espaço para despesas necessárias ao funcionamento da máquina e das políticas de governo.

Hoje, o piso nacional é de R\$ 1.302, mas o presidente Lula prometeu aumento para R\$ 1.320 a partir de 1.º de maio deste ano e criou um grupo de trabalho para discutir uma política de valorização permanente.

O grupo está sendo coordenado pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

5 perguntas para...

MARCOS MENDES Economista e pesquisador do Insper

Qual o impacto de um aumento acima da **inflação** para o salário mínimo em 2024 nas metas fiscais do arcabouço?

O fato de a projeção não levar em conta o reajuste real do salário mínimo indica baixa probabilidade de que se verifique ao final de 2024 um déficit primário igual a zero.

A expectativa de receita na LDO é muito otimista, um aumento de 8,8% reais ou R\$ 166 bilhões. Essa

previsão otimista de receita parece calcada em uma projeção igualmente otimista para o crescimento real do **PIB**, fixado em 2,34%. E também incorpora a expectativa de que tenham êxito as medidas para elevar a arrecadação.

Por outro lado, a despesa parece bastante acanhada.

O arcabouço contempla metas fiscais para estabilizar a trajetória da dívida pública. Serão cumpridas?

A minha avaliação preliminar dos dados é de que, se o governo tem a intenção de atingir as metas de resultado primário, vai exigir um aumento de receita brutal. Não só em 2023, mas ao longo de 2024, 2025 e 2026. É claramente um modelo de ajuste pelo lado das receitas, permitindo que as despesas continuem crescendo. Em 2026, a receita vai ter de estar uns R\$ 370 bilhões, R\$ 380 bilhões acima do que está hoje. A carga tributária no Brasil já é alta.

Qual o impacto de vincular a alta da despesa a 70% da variação da receita?

Existem despesas que não vão obedecer a essa regra, como saúde e educação, que têm vinculação constitucional (ao desempenho das receitas). Cresceu a receita, tem de, no mesmo ano, aumentar os recursos para essas áreas. Tem também a pressão de aposentadorias e pensões e folha de servidores.

Isso porque tem uma política de governo exógena à regra fiscal, que determinou o crescimento real desses gastos. Tudo isso traz outro problema: vai espremer as outras despesas.

Vai chegar a um nível em que não será possível comprimir as outras despesas, e o governo não conseguirá cumprir a regra.

A reclamação que tinha com o teto (de gastos) vai ter com relação a essa regra também.

Em quanto tempo esse problema aparecerá?

Pelas minhas contas com saúde e educação vinculadas (à receita), salário mínimo corrigido pela regra de resultado do **PIB** dois anos atrás mais a **inflação**, além da folha de salários tendo crescimento real de 2% ao ano, o que não é muita coisa frente ao que estão propondo, já em 2025 o governo terá muita dificuldade de acomodar as demais despesas.

Qual o efeito disso sobre o novo arcabouço?

Pelo modelo atual, o governo vinha segurando as despesas discricionárias (não obrigatórias).

É basicamente investimento, emendas parlamentares e despesas discricionárias de saúde e educação. Por esse novo modelo, não vai poder segurar porque tem um piso para investimento e tem a vinculação de saúde e educação.

O espaço para contingenciar ficou muito menor.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50250>

A um mês do prazo, grupo na Câmara busca consensos

RAFAEL VIGNA rafael.vigna@zerohora.com.br

Parlamentares tentam modelar um ambiente fiscal que ajude o desenvolvimento do país em meio a diversas pressões ljt | Em discussão

Com prazo estipulado para entrega do texto preliminar do projeto da **reforma tributária** para 16 de maio, o grupo de trabalho na Câmara dos Deputados busca elaborar a proposta em meio a elementos de pressão. Na discussão, há novos alertas de divergências setoriais e de entes da federação -alguns capazes de derrubar o que, até então, era visto como consenso.

Entre as concordâncias permanecem cada vez mais apenas questões genéricas do processo como: diminuir a complexidade do sistema sem aumentar **impostos**, reduzir os mais de 4,6 mil regimes de exceção tributária existentes do país, ampliar a justiça fiscal na repartição do bolo, especialmente, com prefeituras de menor receita, e desburocratizar o ambiente para atrair investimentos e empregos.

Nas áreas de conflito, emergem questionamentos bastante específicos e, por consequência, que demandam maior esforço de resolução: como diluir benefícios fiscais concedidos sem ampliar a carga sobre alguns setores? De que maneira contemplar cidades menores sem desfavorecer interesses orçamentários, sobretudo, o das capitais? Qual a estratégia mais apropriada para unificar **impostos**, competências fiscais e, de quebra, também surtir efeitos macroeconômicos positivos, sem comprometer entes federados e atividades produtivas?

Economista e diretor da Secretaria de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Rodrigo Orair, lembra que o próprio governo classificou alguns temas como

"espinha dorsal" do que pretende com a nova proposta, sustentada por duas PECs: a 45/2019 e a 110/219. No entanto, o primeiro dos eixos, agora, se encaminha para a solução "política viável" e não a medida "técnica desejável", considera Orair.

Negociação

Trata-se da implantação de um imposto sobre bens e serviços (IBS), capaz de reunir **tributos**, hoje,

segregados em esferas federal, estadual e municipal, em uma cobrança única. Em razão de resistências apresentadas por Estados, municípios e lideranças, sobretudo, do setor de seguros, agora, poderá incluir uma solução dual, com uma contribuição sobre bens e serviços (CBS), de competência exclusiva da União, e um IBS gerido por prefeitos e governadores.

- Se os dois **tributos** estiverem sob legislação única, nacional, com base de cálculo parecida não é um problema tão grande para o funcionamento do sistema. O que não pode é ter distintas autonomias para cada um dos entes, sob o risco de ampliar a complexidade - avalia o economista.

Orair diz que essa opção "avançou mais politicamente". Essa medida, afirma, também é vista como forma de agilizar a implantação.

- Os deputados já disseram explicitamente que a tendência é caminhar para isso - complementa

Coordenador do grupo de trabalho da reforma na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) aponta que as negociações devem avançar, sim, para a gestão interfederativa do IBS (compartilhada por Estados e municípios).

Entre eventuais efeitos da opção por um tributo dual, há implicações em, pelo menos, três aspectos das intenções originais do governo federal: a unificação (simplificação) em todas as esferas de incidência, a repartição "mais justa" da arrecadação para os municípios de menor arrecadação e a redução da profundidade da reforma.

No primeiro aspecto, diz Lopes, mesmo que haja uma CBS (com **tributos** federais) e um IBS (com os municipais e estaduais, geridos por comitês de prefeitos e governadores), a legislação seria abrangente a todos os entes. Por outro lado, não contesta que essa opção, se não for bem amarrada, possa gerar demasiadas subalíquotas, a exemplo das já existentes hoje, apontadas como fator que contribui com a complexidade do sistema.

Sobre o segundo ponto, alega que só a alteração do princípio da origem para o destino dos **tributos** garantiria repartição com maior "justiça social". Estudos internos, acrescenta Lopes, indicam que, em

cinco anos, os municípios da base da pirâmide que, atualmente, arrecadam cerca de R\$ 60 per capita (proporção entre a receita total de ISS e a população local), avançariam 500% e bateriam em R\$ 360, caso prevaleça a mudança deste princípio.

Por fim, o parlamentar considera que a abrangência das transformações sistêmicas não seria prejudicada, porque não percebe espaço para o ingresso da PEC 46, também conhecida por Simplifica Já, na pauta das modificações, como pressionam alguns setores. Ele afirma que as PECs 45 e 110 é que serão usadas para sustentar o texto-base da reforma.

A ESPINHA DORSAL

1) Redução da complexidade

A reforma será sustentada por um tributo de base ampla, ou seja, que incida em todos os bens e serviços. Hoje, ao contrário do que acontece na maioria dos países, há diferenciações entre as taxas cobradas sobre mercadorias e serviços. O desejo era de que isso ocorresse com um imposto único, mas há flexibilidade, desde que a legislação seja válida em todo o território nacional e permita menor quantidade de subalíquotas nos diferentes entes da federação.

2) Não cumulativo

A ideia é que o IBS, assim com o IVA europeu, constitua-se em um tributo não cumulativo, ou seja, calculado para ser pago de uma vez só, pelo consumidor, e não ao longo da trajetória das mercadorias e dos serviços. Hoje, cada uma das etapas da cadeia produtiva recolhe os respectivos **tributos**, o que onera o preço de matérias-primas e dos produtos finais, em efeito cascata.

O objetivo é que as diferentes fases passem a gerar créditos em cada compra de insumos.

3) Princípio do destino

É uma adaptação ao modelo usado pela maioria dos países. A meta é que cobrança e arrecadação vá para o local para o qual a mercadoria foi enviada ou em que se verificou o consumo. Assim, o tributo ficaria onde o cidadão efetivamente contribuiu (pagou) pelos bens

e serviços. Ou seja, Estados e municípios passariam a tributar o consumo de quem reside e gera a demanda por serviços públicos.

A) Alíquotas diferenciadas

O objetivo seria acabar ou reduzir ao máximo a quantidade de alíquotas diferenciadas, regimes

especiais de tributação e isenções setoriais. Hoje, cada Estado e município possui uma regra e uma taxa percentual distinta para ICMS e ISS. Cálculos do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara apontam para mais de 4,6 mil regras de exceção no país. A quantidade de subalíquotas, entretanto, depende da opção por imposto único (União, Estados e municípios) ou dual

(que separa **tributos** federais dos estaduais e municipais).

TENDÊNCIA DE ACORDO

1) Adoção de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que seria de competência federal (unificando apenas PIS e Cofins) em convivência com um IBS, de caráter subnacional (gerido em conjunto por Estados e municípios), em substituição ao ICMS e ao ISS.

2) Redução da complexidade do sistema tributário, sem elevação da carga de **impostos** e geração de perdas para os Estados e

os municípios.

3) Desobstrução da burocracia com a meta de destravar também a atividade econômica. A ideia

é que quanto mais simples for o modelo, mais investimentos poderá atrair.

4) Diminuição dos mais de 4,6 mil regimes diferenciados, por meio de uma espécie de "alíquota de equilíbrio", capaz de beneficiar setores considerados auxiliares da gestão pública. É o caso dos alimentos (agroindústrias), medicamentos (indústria), transporte coletivo público, saneamento básico e educação

e saúde privados.

ALERTA DE DISCÓRDIA

1) Resistência à implantação de imposto unificado (IBS gerido pela União, Estado e municípios) em razão de eventuais perdas de competência e autonomia dos demais entes da federação, diante do controle da União sobre essa arrecadação.

2) Elevação da carga tributária em setores específicos. É o caso dos serviços, hoje tributados pelo ISS municipal e que teriam maior incidência de cobrança, em caso da prevalência da opção por um imposto unificado entre União, Estados e municípios.

3) Implantação integral do princípio do destino (arrecadação e cobrança feita onde reside o cidadão

que pagou o tributo) poderia beneficiar os municípios de menor arrecadação e prejudicar algumas capitais de acordo com determinados cálculos.

4) Pressão por manutenção de alguns benefícios de setores ou intensivos na contratação de mão de obra ou com maior contribuição para a atividade econômica e as exportações, caso do agronegócio e da indústria.

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

Juros caem em junho e crescimento será maior

»»*Rosana Hessel* »»*Vicente Nunes*

A economia brasileira pode surpreender positivamente em 2023, na avaliação do economista Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e presidente do Conselho da Jive Investments. Segundo ele, a desaceleração da **inflação** de março, quando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,71%, é consistente e pode abrir espaço para o Banco Central começar a reduzir a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, a partir de junho.

Pelas estimativas de Figueiredo, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano poderá crescer mais de 1,5%, acima da mediana das estimativas do mercado coletadas no boletim Focus, do Banco Central, de 0,91%.

"Primeiro, porque o caminho fiscal está com uma cara melhor, e isso melhora a confiança ao longo do tempo. Depois, o setor agrícola está indo muito bem e vai surpreender bastante", explica Figueiredo.

O governo está dando passos para frente na área fiscal, de acordo com o economista, pois o desenho do novo arcabouço está no caminho certo para conter o crescimento da dívida pública "de forma acentuada". Contudo, ele alerta que há vários retrocessos na área microeconômica, no novo marco do Saneamento, na Lei das Estatais e na gestão da Petrobras, que, segundo ele, podem comprometer os avanços na área macroeconômica.

Quando esteve no Banco Central, Figueiredo foi responsável pela implementação do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB), que completa 21 anos no próximo mês. O SPB, implementado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi uma revolução na época e referência mundial.

Na avaliação do ex-diretor do BC, a autoridade monetária está correta ao manter os juros no atual patamar. "Os juros estão altos porque é necessário, até que as pressões inflacionárias baixem", diz. Ele acredita que o Brasil pode ser um dos primeiros países a iniciar o ciclo de normalização, se continuar na direção correta.

A seguir os principais trechos da entrevista de

Figueiredo ao Correio: O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SBP) está completando 21 anos. Como avalia os resultados?

Foi uma grande revolução. A mudança foi feita de maneira organizada. O sistema anterior de pagamentos era uma grande colcha de retalhos, construída ao longo da história e de vários planos econômicos. E tinha um grave problema. Por ser desorganizado e ineficiente, a responsabilidade, caso houvesse uma falha de um agente ou banco, ficava nas costas do Banco Central.

Como era esse sistema?

As instituições tinham conta-corrente no Banco Central, a conta reserva bancária. Quando o banco sacava a descoberto, pagava os compromissos dele e não conseguia cobrir a conta no final do dia, ele quebrava em cima do Banco Central, do erário e dos cidadãos brasileiros. E, como não havia uma proteção nos sistemas de pagamento, se alguém quebrasse poderia gerar um problema sistêmico. A partir daquele momento, o BC não permitiu mais que se sacasse a descoberto na conta de reserva bancária.

Para se ter uma ideia, até aquele momento, já tinham sido gastos com quebra de bancos algo entre US\$ 100 bilhões e US\$ 150 bilhões daquela época. Um volume absurdo.

Que outros benefícios houve?

O novo sistema abriu o espaço para que o Banco Central criasse uma série de instrumentos e aumentasse a concorrência, reduzindo muito o custo de transacionar no Brasil. O Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que não era usado, ganhou efetividade.

Isso é uma coisa boa, porque, no final, é o setor privado resolvendo seus problemas. Esse trabalho de modernização, acabou tendo uma consequência muito legal, que foi a criação da TED.

Dizem que a TED é a mãe ou avó do Pix.

A TED representou uma democratização do acesso a recursos financeiros.

Naquela época, uma pequena loja esperava dois, três

dias, às vezes, uma semana para compensar um cheque recebido de uma venda. Com a TED, essa operação ficou uma coisa on-line.

Facilitou muito a vida de todos. E, na verdade, era um pouco a cabeça do Pix naquela época. Mas, claro que o Pix é uma grande evolução, porque é 24 horas por dia.

Olhando para esses 21 anos, como o senhor avalia a evolução que a gente teve? O Brasil conseguiu dar outros passos importantes?

Sem dúvida. O custo de pagamentos no Brasil sempre foi muito alto por falta de concorrência.

E essa modernização acabou gerando possibilidades de novas empresas no mercado. E isso deu mais acesso às pessoas a cartão de crédito, a conta corrente, a pagamentos em tempo real. O Pix é uma dessas modernizações, algo espetacular que vários países querem copiar.

O Banco Central está certo ao manter a taxa de juros no nível atual e não ceder às pressões do governo?

Ele está certo. Podem discutir se os juros deveriam estar meio por cento mais altos ou mais baixos.

Mas os juros estão altos porque é necessário. E é necessário até que as pressões inflacionárias baixem. O problema é que, quando você fica trazendo incerteza, esse processo se prolonga. E aí o impacto é muito maior. É um problema quando se coloca em xeque a responsabilidade fiscal num país com endividamento tão alto quanto o Brasil. E quando os agentes começam a achar que a **inflação** vai subir, não dá para o Banco Central reduzir os juros. Mas caminhamos para um momento mais benigno. O governo veio com um pacote fiscal razoável, que, no mínimo, não deixa a dívida crescer de maneira muito acentuada, o que já é uma redução de risco muito importante.

Com esse novo arcabouço e um deficit fiscal menor, abre-se espaço para o Banco Central reduzir os juros. Acho que os juros podem começar a cair em junho.

O cenário de fraude da Americanas, do crédito escasso, de juro alto pode prejudicar o sistema, ter algum problema de inadimplência? Com o juro caindo resolve?

Até pelo tamanho, o caso da Americanas acabou dando uma chacoalhada muito grande no mercado, porque é uma fraude de R\$ 20 bilhões e, se a empresa for para o buraco, você está falando de R\$ 45 bilhões. E o mercado vai sofrer. Outras empresas

com alguma fragilidade também apareceram no meio caminho, e isso acabou gerando um receio maior.

Quando se analisa a questão do crédito, você tem que olhar duas vertentes. No caso dos bancos, eles estão com capital, estão tranquilos.

Claro que, como o risco aumentou, os spreads subiram, mas não é que não existam recursos disponíveis. Existem sim. No caso do mercado de capitais, houve um momento que deu uma certa congelada. Houve saques e os fundos deram uma parada boa. Mas, aparentemente, o pior já passou.

A apresentação da nova regra fiscal já reduziu a curva de juros em mais de 100 pontos.

Então, isso dá alívio no mercado de crédito?

Hoje, daria para dizer que estamos melhores do que há algumas semanas. Uma coisa que as pessoas, às vezes, não entendem é o motivo de o Banco Central elevar os juros. Ele sobe o juro para reduzir a demanda. Ou seja, é, sim, para esfriar a economia, mas ele não quer provocar uma recessão. É para que a economia e os preços se acomodem.

E, quando isso acontece, o BC pode afrouxar a política monetária, voltar ao normal. Nos ciclos econômicos, é sempre dessa forma.

Dói como qualquer remédio. Demora um pouco para fazer efeito, depois, a vida segue para uma situação de mais normalidade.

A **inflação** de março apresentou desaceleração, o que melhorou o humor do mercado. Esse processo é consistente?

O core (da **inflação**), que é menos volátil, também ficou melhor.

A atividade está mais fraca e o crédito, mais apertado. Tudo isso junto me faz supor que, sim, é mais consistente. Não é uma queda muito rápida. É um processo gradual.

A queda recente do dólar ajuda?

Ajuda e vem em um bom momento.

Mas o problema é que o dólar, assim como cai, volta a subir.

Ao meu ver, o dólar não está muito depreciado no Brasil. Ele está muito mais perto do equilíbrio do que depreciado.

E qual é o ponto de equilíbrio?

Em torno de R\$ 5 e R\$ 5,20?

É em torno disso. Pode ser um pouco mais, ou um pouco menos. Alguns economistas questionam a visão de que o Brasil tem problemas fiscais por olhar somente para a dívida bruta e não para dívida líquida, e, nesse contexto, a dívida brasileira poderia ser de até 45% do **PIB**, o que seria muito mais administrável. Tem lógica isso?

Eu sou um dos que olhava muito a dívida líquida em vez da dívida bruta. Acontece que a diferença entre as duas são os ativos que o governo tem e que, no final, não sabemos bem quanto valem nem se ele vai poder transformar em dinheiro e pagar a dívida. Então, muitos países usam a dívida bruta. E a dívida bruta do Brasil é, senão a maior, uma das maiores dos países emergentes, em torno de 73%, 74% do **PIB**. Seria preciso que ela começasse a cair gradualmente, e daí vem toda essa discussão.

O que é preciso para termos um clima de mais tranquilidade e previsibilidade?

Aprovar o arcabouço fiscal e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que vai dizer qual será o resultado primário deste ano e do ano que vem. Isso já vai ajudar bastante. Os mercados têm melhorado desde que começaram a vazar partes do arcabouço fiscal. Principalmente a curva de juros, que é o custo na veia da rolagem da dívida. Outra coisa é que a **reforma tributária**, se for aprovada, tem o poder de melhorar muito a eficiência, a produtividade na economia. Mas o problema maior é no lado microeconômico.

O senhor destaca o quê?

Eles estão tentando dar um monte de passos para trás. Aí entra a questão do saneamento, a lei das estatais, a maneira que eles estão lidando com a Petrobras, a questão do Banco Central.

Falaram da lei trabalhista e até de ressuscitar o Fies, que foi um escândalo. Enfim, tem coisas que o PT já fez, deram errado, e estão ressuscitando. Para um país em que metade das pessoas não têm esgoto e 30% a 40% não têm água potável, os decretos que mudam a Lei do Saneamento são uma loucura. Da aprovação da lei até agora, foram 29 novas empresas com mais de R\$ 80 bilhões de contratos de investimento firmados. As empresas estatais nunca investiram, e volta o sistema onde elas, mesmo sem contrato, sem nada, continuam valendo. É um escândalo.

É perpetuar a desigualdade social no país, na

contramão do discurso presidencial de reduzir as desigualdades.

Com relação ao crescimento da economia, podemos ter alguma surpresa este ano?

Acho que sim. O Focus está um pouco abaixo de 1%, mas eu acho que o crescimento pode ser pouco superior a 1,5%, por algumas razões. Primeiro, porque o caminho fiscal está com uma cara melhor, e isso melhora a confiança ao longo do tempo.

Depois, o setor agrícola está indo muito bem e vai surpreender bastante.

Para o ano que vem já estão falando em 3%. É possível?

Acho cedo para falar. Podemos ter um bom crescimento, mas vai depender da parte microeconômica.

Se houver muitas coisas ruins no lado micro, elas se tornam um problema macro e em entraves para o crescimento.

"No ano que vem, pode ser melhor (o **PIB**), mas vai depender da parte microeconômica. Se houver muitas coisas ruins no lado micro, elas se tornam um problema macro e em entraves para o crescimento"

Importação isenta

Um morador de Santa Catarina obteve liminar na Justiça Federal para que a **Receita Federal** libere três chaveiros, com valor total de US\$ 40,70 (cerca de R\$ 200), que foram importados da Suécia e retidos pelo órgão em Curitiba (PR) para pagamento de **impostos**. O juízo da 2ª Vara Federal de Chapecó acolheu o argumento do cidadão, de que as mercadorias importadas com preço inferior a US\$ 100 são isentas de **tributos**.

Segundo a decisão, a jurisprudência reconhece que "a isenção estabelecida pelo Decreto-Lei nº 1.804/80 alcança mercadorias de até 100 dólares norte-americanos (US\$ 100), cujo destinatário seja pessoa física". O valor dos chaveiros estaria, inclusive, abaixo do limite estabelecido em uma portaria e uma instrução normativa da Receita de 1999 - de US\$ 50. "A **legislação tributária** que trata de isenção, da qual é exemplo o Decreto-Lei nº 1.804/80, deve, nos termos do artigo 111 do CTN [Código Tributário Nacional], ser interpretada de forma literal, de modo que a portaria e a instrução normativa não poderiam ter restringido o alcance da norma contida no diploma legal", diz a decisão (com informações do TRF-4).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187521?page=1§ion=1>

Fundos têm perdas com aposta em juros nos EUA

Algumas das gestoras de recursos independentes mais conhecidas do Brasil tiveram perdas em março devido a apostas na alta dos rendimentos ("yields") dos títulos do Tesouro americano, que foram desafiadas pela turbulência bancária que abalou os mercados globais.

Uma cesta de fundos locais caiu 0,15% em março, a primeira vez que o índice IHFA, da Anbima, registrou perdas consecutivas desde 2021.

Gestoras como Ibiuna Investimentos e Legacy Capital registraram um recuo na rentabilidade de seus fundos multimercados no mês passado, em meio à queda dos yields americanos. Os rendimentos dos Treasuries de dois anos, mais sensíveis à política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), afundaram 0,8 ponto percentual, o que levou o mercado a precificar uma flexibilização nos juros até o fim do ano.

O arcabouço fiscal anunciado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva encontrou pouco apoio. A Legacy e a Absolute Investimentos disseram que o plano divulgado no mês passado se baseia em projeções de crescimento exageradamente otimistas e em uma elevação da carga tributária para garantir que sua ambiciosa meta de superávits crescentes seja atingida.

A Verde Asset Management, do veterano da indústria Luis Stuhlberger, disse em nota a clientes que o plano fiscal "consegue ser ao mesmo tempo pior do que o necessário e melhor que o temido". O fundo cortou as apostas em bolsa brasileira e abriu uma posição comprada em dólar contra o real.

Localmente, os traders elevaram as apostas de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) iniciará um ciclo de cortes da Selic nos próximos meses, diante da desaceleração mais rápida do que o previsto da **inflação**.

A Genoa Capital espera que o BC reduza a taxa Selic a partir de agosto e detém posições que se beneficiam de uma queda dos juros nominais.

"O argumento para essa posição vem principalmente da visão de melhora da **inflação** e de que a atividade vai desacelerar mais forte do que o esperado", disse

André Raduan, gestor e sócio fundador da Genoa. "Achamos que tem um certo erro de análise do mercado na questão da atividade, e temos incorporado a situação do mercado de capitais e do crédito ao cenário.

Também ainda não vimos todo o impacto da política monetária."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187521?page=1§ion=1>

Governo conta com rara expansão nas receitas para zerar déficit em 2024

Fábio Pupo

BRASÍLIA

O governo conta com uma expansão da receita líquida acima da média e poucas vezes registrada na história para alcançar o cenário de déficit zero nas contas públicas no ano que vem. Os dados considerados pelo governo apontam para um avanço real acima de 8% em 2024 (para R\$ 2,1 trilhões), enquanto a série do Tesouro Nacional registra um crescimento real médio de 4,8% nos últimos 25 anos.

Os números, enviados pelo governo ao Congresso na sexta-feira (14) por meio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), mostram quanto o plano fiscal do ministro Fernando Haddad (Fazenda) depende de uma expansão da arrecadação para buscar o reequilíbrio das contas públicas -expectativa da equipe econômica baseada tanto em uma melhora da atividade econômica como em novas medidas para obtenção de receitas.

Felipe Salto, economista-chefe da corretora Warren Rena e ex-diretor executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas), calcula que a receita líquida projetada pelo governo para 2024 representa um crescimento real de 8,4% sobre a previsão mais atualizada para 2023.

Segundo Salto e o analista Josué Pellegrini (também da Warren), a despesa prevista no PLDO veio alinhada às contas deles (uma expansão real próxima ao teto permitido de 2,5%), mas a receita veio R\$ 130 bilhões acima do que eles vinham calculando.

"A melhora do resultado primário, em 2024, dependerá de uma forte elevação das receitas", afirmam em relatório distribuído aos clientes. "Resta, no entanto, explicar como atingir essa dinâmica", dizem.

A série do Tesouro Nacional mostra que um crescimento como o projetado pelo governo ou acima disso aconteceu poucas vezes. Nos últimos dez anos, apenas no ano atípico de 2021 -quando avançou 21% em termos reais contra um ano antes (em meio à recuperação pós-paralisação causada pela Covid-19 em 2020).

Em 2022, (mais recente ano com os dados fechados), houve crescimento real de 7,74% na receita líquida sobre um ano antes. Em 2023, no entanto, os dados preliminares apontam para estabilidade -com risco até mesmo de queda.

A projeção do governo para as receitas tem atraído a atenção dos analistas por contrastar com o desempenho recente da atividade e da arrecadação. Além de o **PIB** (Produto Interno Bruto) considerado pelo governo estar acima do previsto pelo mercado, há sinais de perda de fôlego nas receitas mês a mês desde o fim de 2022.

A receita líquida acumulada em 12 meses vem desacelerando de agosto para cá. Naquele mês, o indicador avançou em termos reais 12,1% (contra um ano antes). Depois, reduziu a alta para 11,8% em setembro, 11,4% em outubro, 10,3% em novembro, 7,7% em dezembro, 6,0% em janeiro e 4,2% em fevereiro (mais recente dado disponível).

"Pelas nossas projeções, até o meio do ano, também considerando o cálculo acumulado em 12 meses frente aos 12 meses anteriores, as receitas líquidas, já retirando concessões, dividendos e royalties, devem ter queda real de 0,7%", afirmam Salto e Pellegrini.

O cenário vem reforçando entre analistas a ideia de que novas iniciativas para zerar o déficit em 2024 serão necessárias. "Nesse momento, a maior incerteza incide sobre o cumprimento das metas de primário, que requer um aumento substancial das receitas", dizem analistas do Bradesco em relatório da última semana.

Haddad anunciou que pretende lançar medidas de arrecadação com o objetivo de impulsionar as receitas em R\$ 150 bilhões ao ano, o que poderia, em tese, fechar as contas para o ano que vem. Até agora, ele mencionou um conjunto de três iniciativas que, somadas, geram até R\$ 113 bilhões.

São elas a tributação do mercado de apostas esportivas eletrônicas (de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões), as novas regras para evitar fraudes de plataformas de varejo internacionais (de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões) e o fim de brechas que permitem a empresas abater **tributos** federais usando benefícios do ICMS (R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões).

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também comentou uma ideia sinalizada pelo governo de fechar o cerco contra o uso de paraísos fiscais por empresas -embora ainda não haja o detalhamento de como isso vai ser feito.

No PLDO, o governo menciona que a **reforma tributária** -com expectativa de votação neste ano- pode ter como efeito uma expansão na arrecadação. "A **reforma tributária** será uma oportunidade de gerar ganhos de simplificação e de eficiência, podendo colaborar inclusive com a recomposição de receitas a partir de seu efeito sobre o crescimento após aumentos de gastos e desonerações tributárias implementadas em 2022", afirma o texto.

Outro ponto em que o governo pretende mexer são os gastos com subsídios e desonerações tributárias, que alcançarão R\$ 486 bilhões em 2024 nas contas da **Receita Federal**. Haddad afirmou que quer implementar, após a votação da **reforma tributária**, uma revisão das medidas que levam a esse valor.

O governo lembra que a obtenção de receitas não é uma condição necessária para o funcionamento do arcabouço em si. "Não é condição sine qua non, o processo de ajuste continua seu curso independentemente do patamar", afirmou Ceron em entrevista recente à Folha.

A atenção sobre a arrecadação existe, em grande parte, quando se analisa a viabilidade de o governo alcançar a melhora prometida para o resultado primário nos próximos anos (a partir da adoção da nova regra fiscal).

Mesmo com a dúvida sobre o atingimento dos cenários traçados pelo governo, analistas têm ponderado que o novo arcabouço fiscal de qualquer forma tende a gerar uma estabilização entre receitas e despesas no médio prazo.

"Ainda que a velocidade de ajuste dependa das receitas, nos três cenários apresentados [pelo banco] a regra contribui para um maior controle do gasto", afirmam os analistas do Bradesco.

Eles afirmam que é necessário aguardar, no entanto, a regra no detalhe e o anúncio de novas medidas tributárias para definir qual o cenário fiscal para os próximos anos. A apresentação do texto do novo arcabouço fiscal está prevista para esta semana.

DESAFIO PARA 2024

8,4%*

Crescimento real da receita líquida projetado pelo governo em 2024

4,8%

Crescimento real médio da receita líquida na série histórica do Tesouro

R\$ 2,149 trilhões

Receita líquida projetada para 2024

R\$ 2,149 trilhões

Despesa projetada para 2024

META PARA 2024

Limite inferior: déficit de R\$ 28,7 bi (ou 0,5% do **PIB**)

Alvo central: R\$ 0,0 (ou 0,0% do **PIB**)

Limite superior: superávit de R\$ 28,7 bi (ou 0,5% do **PIB**)

Fontes: Ministério do Planejamento e Orçamento e *cálculo da Warren Consultoria.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50249&anchor=6476018&maxTouch=0&pd=1f00a04a5f58d5d4f5d9f4dcf668ea91>

Órgão deve monitorar efeitos do arcabouço fiscal

O novo arcabouço fiscal proposto pelo governo tem potencial de corrigir problemas no teto de gasto, na avaliação do diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea, Claudio Amitrano. Segundo ele, a atual regra fiscal é falha por ser pró-cíclica - ou seja, agrava ciclos de baixa da economia - e inflexível, sem margem de manobras para a política fiscal.

O marco fiscal elaborado pela equipe econômica, por sua vez, teria, na visão dele, vantagem por prever crescimento das despesas mesmo em momentos de retração econômica e dar mais flexibilidade para o cumprimento de metas de resultado primário. A medida deve ser encaminhada nesta semana pelo governo ao Congresso.

Em entrevista ao Valor, Amitrano e outros integrantes da diretoria do Ipea afirmaram que o instituto não foi ouvido durante a elaboração da proposta pela equipe econômica, mas deve monitorar os efeitos da medida no longo prazo, embora uma avaliação imediata do texto não esteja nos planos dos técnicos. O órgão não tem uma avaliação oficial sobre o projeto.

O Ipea projeta que o **PIB** crescerá 1,4% neste ano e 2% no ano que vem - estimativas mais otimistas que as do mercado financeiro, que espera alta de 0,91% em 2023 e de 1,44% em 2024, segundo o boletim Focus.

"Há diversos setores desacelerando, exceto agricultura, que neste ano a gente prevê um crescimento de 11,6%. Mesmo com esse crescimento tão robusto do setor agrícola, em razão das maiores safras de milho e soja, a gente vai ter um crescimento provavelmente baixo neste ano melhorando um pouquinho no ano que vem, principalmente o investimento", explicou. "É bem provável que o novo arcabouço ajude a melhorar essas expectativas com relação ao futuro", complementou.

Segundo Amitrano, a previsão para o desempenho da economia não considera os efeitos da eventual aprovação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, que devem ser positivos.

"Essas projeções são condicionadas à maneira pela qual se desdobrarem a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal. A **reforma tributária** tem vários

efeitos positivos, pelo lado da oferta e pela demanda", afirmou Amitrano.

"A **reforma tributária** pode alterar um elemento que é importante para o bom desempenho do arcabouço fiscal, que é a elasticidade do **PIB** e arrecadação - que é eventualmente a arrecadação crescer mais do que o crescimento do **PIB**." Questionado sobre o debate envolvendo a política monetária, que esteve no centro das discussões durante o primeiro trimestre do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o diretor disse que o Ipea não tem posicionamento e afirmou que há opiniões divergentes até mesmo entre os técnicos.

Desde o início do ano, a manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano tem sido fortemente criticada por Lula e outros integrantes do governo, que consideram a política monetária prejudicial ao crescimento econômico.

"O Banco Central tem uma tarefa difícil agora porque, com a nova legislação da autonomia, ele tem múltiplos objetivos. O combate à **inflação** é um deles, a estabilidade do sistema financeiro é outro, e as oscilações do nível de atividade, outro. A conciliação desses diversos objetivos com um único instrumento [taxa de juros] é uma conciliação complexa", afirma o técnico.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187521?page=1§ion=1>

"Recessão segue no radar, mas reformas podem mudar rumo"

Rafael Vazquez De São Paulo

O risco de recessão técnica no Brasil, antes previsto pelo Citi para ser confirmado no fim do primeiro trimestre, está mais afastado, mas segue no radar deste ano, segundo o economista-chefe para América Latina do banco americano, Ernesto Revilla. A visão é que o cenário internacional incerto e a alta taxa de juros interna provocarão duas quedas consecutivas do **PIB** no segundo e no terceiro trimestres.

"Seguimos prevendo uma recessão técnica no Brasil, mas mudamos um pouco o momento dela. Agora vemos essa recessão técnica acontecendo a partir de duas quedas consecutivas no segundo e no terceiro trimestres deste ano. O primeiro trimestre deve crescer 0,6%, mas nos seguintes devemos ter contrações de 0,4% em cada trimestre", prevê Revilla.

Contudo, o economista-chefe para América Latina do Citi pondera que há elementos que podem alterar a rota. Um deles é o fator externo, já que há dados contraditórios sobre o que acontecerá com a economia dos EUA ao longo do ano. A consolidação de uma recessão na maior economia do mundo, juntamente com uma China que cresce menos, é desfavorável para toda a América Latina. "Mas nunca vimos uma economia americana tão difícil de ler como a atual, porque há muitos indicadores em direções contrárias. E esse comentário vale para o mundo todo", observa.

No cenário interno, Revilla acredita que possíveis aprovações no Congresso do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária** também têm potencial para mudar o prognóstico. "O cenário-base é que a recessão se confirme nos EUA no fim do ano e no Brasil um pouco antes por causa da alta taxa de juros no país", diz.

"Mas há um potencial para melhorar essa previsão a medida que as reformas saíam no tempo ideal. Se forem bem feitas, podemos ter um ciclo positivo de maior crescimento e taxa de juros mais baixas, inclusive com valorização dos ativos financeiros brasileiros", acrescenta.

Revilla vê boas chances de que o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** atraiam o consenso suficiente no Congresso, embora destaque que ambas iniciativas ainda precisem ser melhor esclarecidas.

Para ele, o quanto antes o governo divulgue os detalhes que restam e apresentem os projetos de lei, melhor.

"O aspecto positivo do arcabouço fiscal é que o mercado já viu a intenção do governo de que, se quer gastar mais, sabe que precisa arrecadar mais. Ao menos elimina o risco de ver um governo que só pensa em gastar, sem considerar o quanto arrecada.

Um risco a menos", analisa.

"Mas há ainda há dúvidas sobre os próximos passos, há muito para esclarecer. Uma preocupação é que o ritmo de gastos não esteja de acordo com a realidade econômica que o Brasil e o mundo vive. Lula 3 não vai ter a mesmas condições externas que teve nos seus dois governos anteriores. A China não vai crescer a uma média de 10% nos próximos anos e não vemos uma alta tão significativa para as commodities", complementa Revilla. "A intenção de reformar o complexo sistema tributário também é positiva.

O mercado, contudo, sabe que essas reformas não são fáceis e que o diabo está nos detalhes".

Com as informações disponíveis até o momento, o economista-chefe do Citi para a América Latina avalia bem o papel do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Está fazendo um bom trabalho de comunicação e já demonstrou entender bem os diagnósticos dos problemas e do que a economia brasileira precisa. Isso é um fator tranquilizador para os mercados", afirma.

Ele destaca que o ministro tem se pronunciado bem em polêmicas geradas a partir de comentários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vem criticando constantemente o Banco Central, que manteve a taxa de juros em 13,75%, e a atual meta de **inflação**, estabelecida em 3,25% para 2023, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos. "Contornar esses ruídos entre o governante e o mercado é basicamente o trabalho de um ministro de Finanças no mundo todo", diz Revilla.

Por outro lado, o economista do Citi acredita que o debate sobre a meta de **inflação**, embora seja até saudável em regimes democráticos, foi lançado no

momento errado pelo presidente Lula. "O mercado tende a castigar discussões sobre metas de **inflação** quando se está fora da meta por cima. É como mudar o gol de lugar no meio de uma partida de futebol. É melhor fazer essa discussão quando se está dentro da meta", comenta.

Além disso, conforme pontua Revilla, não foi eficiente o chefe do governo externalizar que pretende mudar a meta de **inflação** antes de fazer a mudança porque o efeito obtido é o contrário do que se deseja. "Provoca uma ineficiência com o Banco Central.

Quando o mercado interpreta que a meta vai subir, as expectativas já sobem na esteira, enquanto a regra e buscar os 3,25% segue inalterada. Na prática, o BC acaba endurecendo mais a política monetária, em vez de afrouxar. Ou seja, reduz a chance de queda dos juros antes do previsto", aponta.

No cenário do Citi, o Banco Central começará a cortar a taxa básica de juros somente no segundo semestre em meio à consolidação da queda do **PIB** no segundo e no terceiro trimestre. A partir daí, aguarda cortes de até 1,5 ponto percentual, encerrando o ano com a Selic em 12,25%.

O ciclo de redução continuará lentamente em 2024, terminando o ano que vem em 9%.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187521?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187521?page=1§ion=1)**

Nova regra fiscal encoraja investimento no Brasil, diz diretor do Banco Mundial

Thiago Amâncio

Washington O comprometimento do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com um novo arcabouço fiscal que reduzirá gastos é "muito encorajador" para investimentos, avalia o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Johannes Zutt, mas no longo prazo ainda será preciso aprofundar reformas estruturais, na opinião dele.

O Banco Mundial deve oferecer ao governo brasileiro cerca de US\$ 2 bilhões em empréstimos no próximo ano fiscal, que começa em 1º de julho.

O valor ainda pode mudar a depender de negociações com os governos e Congresso, mas, para se ter uma ideia, no ano fiscal atual, de julho do ano passado a junho próximo, o valor de investimento do banco em projetos no Brasil é de US\$ 749,3 milhões.

No ano fiscal anterior de meados de 2021 a meados de 2022, o investimento no país foi de US\$ 985,41 milhões. Segundo o banco, a instituição tem US\$ 3,6 bilhões empenhados em investimentos no país.

"Estamos muito encorajados pelo fato de que o governo e o ministro Fernando Haddad focaram desde o começo em articular um arcabouço fiscal realista e no comprometimento com a reforma tributária, para garantir que as receitas e as despesas sejam propriamente alinhadas e a balança primária se recupere", afirmou Zutt na sexta (14) em Washington.

"O mais importante é que o arcabouço fiscal tem transparência, estabelece uma trajetória realista e crível para um gerenciamento fiscal apropriado no curto e médio prazo e tem parâmetros muito claros que permitem mudanças em períodos de choque." Zutt faz a ressalva, porém, de que o arcabouço sozinho "não garante que o Brasil terá um gerenciamento macroeconômico adequado no médio para o longo prazo", diz, "porque é preciso fazer reformas aprofundadas para garantir que o dinheiro seja gasto nos locais certos e manter um crescimento econômico continuado que permita gastar no social como o governo quer".

Para isso, disse, é preciso aumentar a eficiência nos gastos com setor público, previdência e programas de seguridade social, além de rever os "muitos projetos

que começam, mas não são concluídos".

O Brasil também deve trabalhar para abrir mais sua economia, ainda muito fechada, na avaliação dele, e rever barreiras comerciais. Enquanto a participação do comércio exterior no PIB do país gira em torno de 40%, em países de nível de renda similar chega a 60%, segundo ele.

"Como país de renda média, o Brasil pode aprender muito copiando tecnologias e técnicas de gerenciamento de países de alta renda." No cálculo do Banco Mundial, o país gasta entre 1,6% e 1,7% de seu PIB com infraestrutura, mas, só para manter o que já existe, deveria gastar cerca de 3%, diz ele. "Só isso mostra que a infraestrutura do Brasil está se deteriorando, porque não gasta o suficiente para manter o que já tem e certamente não gasta mais para expandi-la." Zutt afirmou que o ambiente de negócios no Brasil sofre efeito da incerteza global e há um desafio de conseguir recursos no setor privado em todo o mundo.

Para ele, as altas taxas de juros dificultam o investimento, mas são necessárias para controlar a inflação, "principalmente para os pobres que não conseguem proteger seus bens financeiros da erosão da inflação".

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50248&maxTouch=10&_ga=2.175484650.910990154.1681541841-1953825147.1680533168&anchor=6476011&pd=d5a7b7a0791c0cd790551e5f0d0750b4

A agenda "três em um" de Alckmin na Presidência

JENIFFER GULARTE

Em uma semana como presidente em exercício, Geraldo Alckmin desviou de piadas sobre o uso da "caneta cheia", expressão que costuma usar, e tocou todas as agendas longe da cadeira e da mesa do chefe. Com discrição, pediu apoio às pautas do governo no Congresso e despachou no Palácio do Planalto. Enquanto Luiz Inácio Lula da Silva cumpria agenda na China, contudo, o maior foco de sua curta gestão foi reforçar o coro contra a taxa de juros do Banco Central.

O GLOBO conversou com 12 pessoas que tiveram encontros com Alckmin durante a semana. A políticos, empresários, presidentes de entidades e economistas, ele fez um apelo para que endossem as críticas do governo à gestão de Roberto Campos Neto no BC.

Após ouvir, tomar nota das demandas e contar histórias de Pindamonhangaba (SP), sua cidade natal, o presidente em exercício também não encerrava o encontro sem antes pedir o apoio a outros dois desafios: a aprovação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**.

Alckmin tem repetido que a taxa de juros de 13,75% trava a economia do país, a captação de investimentos e o crédito. Com a queda da **inflação** do país em março, verificada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), afirmou que há ambiente mais favorável para o BC recuar.

Para Lula, a manutenção da Selic neste patamar poderá afetar a performance da economia e o desempenho do próprio governo. Na terça-feira, o presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, Sérgio Leite, esteve com Alckmin e tratou do assunto.

-O governo abandonou um pouco aquele debate de questionar autonomia do BC, então se faz um apelo social, do setor de trabalhadores, empresários, que precisa reduzir juros. E ele (Alckmin) tem feito esse apelo -afirma Sérgio Leite.

Outros relatos trazem a mesma preocupação.

-Alckmin fez uma exposição mostrando que, se a

gente quiser crescer em geração de emprego e distribuição de renda, nós vamos precisar ajudar no movimento do governo para baixar os juros - afirma o deputado federal Airton Faleiro (PT-PA).

O vice repetiu o mantra também com o ex-secretário da Fazenda de São Paulo Felipe Salto e economistas do mercado financeiro, quando argumentou que os juros neste patamar prejudicam o setor produtivo.

Junto com uma comitiva do Pará, o deputado Airton Faleiro entrou no gabinete presidencial liderando um grupo de parlamentares e brincou com o anfitrião: - Chegamos para uma agenda "três em um": com ministro (do Desenvolvimento), vice-presidente e presidente em exercício.

Alckmin, no entanto, mantém a postura comedida, inclusive nas piadas sobre o posto que ocupa desde o dia 11 -o retorno de Lula está previsto para hoje.

Ao ouvir de outro aliado que estava com a caneta com a "tinta cheia", Alckmin respondeu, sorrindo, "que é uma tinta que apaga", em referência à posição temporária.

O presidente em exercício despachou do gabinete presidencial, mas não sentou na cadeira de Lula nem usou a mesa do chefe. Conduziu as conversas dos sofás do gabinete. As reuniões maiores fez em uma mesa de uma sala anexa.

Não saiu do gabinete para almoçar e cumpriu expediente de 16 horas por dia.

Em um caderno de espiral, Alckmin anotou todas as demandas, prometeu encaminhamentos junto à equipe e demonstrou otimismo. Defendeu os primeiros cem dias do governo, mas afirmou que agora é preciso dar um segundo passo, cuidar da economia e pôr na rua medidas que melhorem a vida das pessoas. A defesa da **reforma tributária** consta em todos seus argumentos, segundos relatos.

O maior foco de Alckmin na sua curta gestão foi reforçar as críticas à taxa de juros

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

A arrogância do Twitter - ELIO GASPARI

ELIO GASPARI

As grandes empresas de tecnologia que controlam plataformas de redes sociais tiveram mais de cinco anos para mostrarem-se dispostas a colaborar com o governo brasileiro no policiamento de mensagens que incitavam à prática de atos criminosos. Empurraram o assunto com a barriga e argumentos falsos até que, numa reunião com o ministro Flávio Dino, representantes do Twitter desafiaram-no, dizendo que mantinham na rede 431 mensagens que tratavam de ataques a escolas pois elas não ofendiam suas regras internas. O Twitter vinha respondendo a perguntas da imprensa com emojis de fezes.

Quando esse debate começou, discutiam-se notícias falsas em geral e mentiras políticas em particular. Em 2014 uma página do Facebook intitulada "Guarujá alerta", com 56 mil curtidas, falava de uma mulher que sequestrava crianças para rituais de magia negra. Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, que não estava identificada nas mensagens, foi linchada e morta no dia 3 de maio. Seus assassinos foram condenados a 30 anos de prisão.

Na reunião com o ministro discutiam-se mensagens que estimulavam o assassinato de crianças e professores em escolas. A turma do Twitter quis dançar valsa ao som de tangos.

Percebido o erro, a empresa recuou, mas era tarde. O Ministério da Justiça deu 72 horas para que elas informem o que estão fazendo para se dissociar de crimes. Além disso, prepara normas que permitam multar ou mesmo suspender o funcionamento de plataformas que transmitem mensagens de estímulo à violência em escolas. Bem feito.

Essas empresas são bilionárias e comportam-se no Brasil como os ingleses se comportavam no Quênia. Há anos o governo e, de certa forma, a sociedade querem apenas que elas colaborem. O testemunho de ministros e de magistrados indica que elas vão para as reuniões com a capa da defesa da liberdade de expressão cobrindo a preservação de suas operações, economizando o dinheiro que gastariam aperfeiçoando o monitoramento.

É possível que venham a ser enquadradas, mas do outro lado não está uma alvorada de ações racionais e notícias verdadeiras. A autocensura pode ser exercida com a melhor das intenções e, mesmo assim, resultar em situações grotescas. Nos anos 50 do século

passado uma senhora queria colocar um anúncio no New York Times oferecendo apoio a mulheres que tinham câncer de mama. O funcionário do jornal recusou a publicidade, informando que o jornal não imprimia (nem no noticiário), as palavras "câncer" nem "mama". Anos depois a palavra câncer foi libertada quando o secretário de Estado John Foster Dulles anunciou que padecia de tumor maligno no estômago.

No Brasil, o que o governo e o Judiciário vêm pedindo é antes de tudo colaboração. As proibições vindas do Judiciário devem ser cumpridas com celeridade. As do governo, depois de cumpridas, em certos casos podem ser imediatamente contestadas na Justiça.

O que não pode continuar é uma situação na qual um diretor com seu gravatão decide ignorar os pedidos, para preservar o faturamento da companhia e, às vezes, o seu bônus de fim de ano.

Vida real Um nordestino com mais de 30 anos de vida em São Paulo, registra: O pessoal jovem não está mais pensando em vir para o Sul. Mais que isso: quem saiu daqui durante a pandemia resolveu ficar por lá.

LIRA MOSTRA A ARMA Ao formar um bloco com 173 deputados, o presidente da Câmara, Arthur Lira, mostrou ao PT que não adianta tentar reduzir sua influência comendo-a pelas bordas.

O bloco de Lira, equivalente a um terço dos votos, não desfilará com regularidade, nem se mostrará coeso, mas entrará em campo sempre que o Planalto achar que controla a Câmara.

ZANIN NA PONTA Até onde se pode acreditar em previsões sobre a escolha de novos ministros para o Supremo Tribunal Federal, a semana terminou com a impressão de que, voltando a Brasília, Lula indicará o advogado Cristiano Zanin.

Zanin passou três meses na vitrine e ficou inteiro.

TRÊS VAGAS NO STJ Nos próximos meses Lula preencherá três vagas no Superior Tribunal de Justiça, onde sentam-se 33 magistrados.

A primeira vaga deverá ser preenchida por um advogado indicado pela OAB. Ela manda ao tribunal uma lista de seis nomes, o STJ reduz a lista para três e o presidente escolhe.

Seria desconfortável para o STJ se a lista de seis

nomes da OAB saísse com cinco pangarés e um só alazão.

As outras duas vagas serão preenchidas por desembargadores de tribunais estaduais. Essa disputa ainda não começou.

PAZUELLO OFERECE UMA VACINA O general da reserva pode ter sido um ministro desastroso na Saúde, mas entrou com o pé direito na Câmara dos Deputados. Apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição acabando com o instituto da reeleição dos presidentes, governadores e prefeitos.

Pela proposta, a reeleição seria vedada a partir de 2030, para preservar o direito dos atuais ocupantes dos cargos.

A reeleição é hoje a principal praga do sistema político brasileiro. Seu patrono, o ex-presidente Fernando Henrique, já admitiu: "Devo reconhecer que historicamente foi um erro: se quatro anos são insuficientes e seis parecem ser muito tempo, em vez de pedir que no quarto ano o eleitorado dê um voto de tipo plebiscitário, seria preferível termos um mandato de 5 anos e ponto final."

AVISO AMIGO O tiroteio desencadeado pela decisão do Ministério da Fazenda de complicar a compra de mercadorias com valor inferior a 50 dólares vendidos pela internet por plataformas estrangeiras é apenas um aperitivo do que vem por aí quando aparecer o projeto de **reforma tributária**.

Todas as vozes se apresentarão como defensoras dos contribuintes. Por trás estarão fabricantes protegidos pela legislação nacional ou importadores que faturam com as brechas abertas nessas mesmas leis.

NOVAS SURPRESAS Há poucas semanas, Lula disse que ficou surpreso quando soube que a montadora Mercedes-Benz deu férias coletivas a seus funcionários. Pelo menos cinco outras montadoras haviam feito o mesmo. Afinal, elas tinham 187 mil veículos encalhados nos pátios.

Ainda não passou um mês e o encalhe passou a ser de 237 mil veículos. A Mercedes mudou seu patamar e anunciou a dispensa de 1,2 mil trabalhadores por três meses.

Durante o período da dispensa, quem ganha até R\$ 2,23 mil será protegido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Se necessário, a montadora cobrirá a diferença para quem ganha mais que isso.

A Mercedes anunciou também a redução de um turno por três meses na sua fábrica de caminhões, a partir

de maio.

O PORTA-AVIÕES VIRA LITÍGIO A Advocacia-Geral da União quer cobrar R\$ 320 milhões às quatro empresas que compraram o porta-aviões São Paulo e não tiveram onde atracá-lo. O casco acabou afundado em fevereiro, em alto mar. O falecido porta-aviões virou um fantasma porque ninguém queria receber um casco com 10 toneladas de amianto.

Será um interessante litígio, porque envolverá a Marinha, que vendeu o mico, bem como todas as repartições públicas que liberaram sua exportação, com a necessária licença ambiental.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Expectativa com regra fiscal divide notáveis

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O duelo é de titãs. Após 15 dias do anúncio do desenho do novo arcabouço fiscal e à espera dos detalhes do texto final do projeto - que será encaminhado amanhã ao Congresso -, economistas e especialistas em contas públicas estão divididos sobre a qualidade da nova regra de controle das contas públicas.

No grupo dos que receberam bem a proposta estão o Fundo Monetário Nacional (FMI); o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto; o banqueiro Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do conselho de administração do Bradesco; o ex-secretário de Fazenda do Estado de São Paulo Felipe Salto; e o coordenador do Observatório Fiscal da FGV, Manoel Pires.

Na mesma linha do presidente do BC, que avaliou o arcabouço como "superpositivo", Nigel Chalk, diretor-adjunto do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, elogiou o projeto: "Estamos bem impressionados com o ajuste fiscal proposto para o médio prazo, no sentido de aumentar o resultado primário. Isso permitirá um bom equilíbrio".

Trabuco disse que as regras oferecem um avanço ao País ao combinar criatividade, flexibilidade e simplicidade.

No grupo dos economistas com as críticas mais ácidas estão Affonso Celso Pastore (ex-presidente do BC), Carlos Kawall (ex-secretário do Tesouro, hoje na Oriz Partners), Marcos Lisboa (ex-secretário de Política Econômica e sócio da Gibraltar Consultoria), Marcos Mendes (pesquisador associado do Insper), Elena Landau (coordenadora do programa econômico da então presidenciável Simone Tebet) e Rogério Werneck (professor da PUC).

Lisboa e Mendes fizeram simulações e escreveram um artigo em conjunto, logo após o anúncio do arcabouço, no qual apontam que a proposta apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está baseada em parâmetros inconsistentes.

"A receita vai ter de estar lá em 2026, em valores de hoje, uns R\$ 380 bilhões acima do que é atualmente. São 2,7 pontos percentuais a mais em termos de **PIB**", disse ao Estadão.

Mendes contou que segue fazendo simulações com a equipe e aguarda a divulgação do texto.

Pastore avaliou que a equação do novo arcabouço só fecha com "aumento brutal de carga tributária". Werneck também foi duro: "A verdade é que não há como enxergar na proposta de arcabouço fiscal algo que, mesmo remotamente, possa ser associado à ideia de ajuste fiscal." Kawall questionou, em artigo publicado no Estadão/Broadcast: "Se a regra por si só não garante a sustentabilidade da dívida pública, a qual virá com a elevação das receitas, via redução de jacobins tributários ou qualquer outra medida de aumento de arrecadação, qual é então o papel disciplinador da regra?" CAUTELA. Há também o grupo dos cautelosos, que aguardam a linha fina dos detalhes do texto.

Entre eles, o experiente José Roberto Mendonça de Barros, que foi da equipe econômica de FHC. "Finalmente, chegou a proposta de arcabouço fiscal. Antes de tudo, ela significa que o governo poderá ter um rumo que busque conciliar sustentabilidade e melhoria social. E não uma guerra de posições que apenas resulte na aceleração do processo inflacionário e em estagnação." Com larga experiência na gestão das contas públicas, a dupla de ex-secretários do Tesouro Ana Paula Vescovi (diretora do Santander) e Jeferson Bittencourt (ASA Investments) fez alertas sobre a dificuldade de cumprimento das metas fiscais e a dependência da regra ao crescimento da arrecadação, com medidas ainda não anunciadas.

"Quem já passou pelo governo e administrou Fiscos federal, estaduais ou municipais sabe que é muito difícil você, em um ciclo de desaceleração econômica, conseguir aprovar medidas, ainda que sejam para aparar arestas do sistema tributário", disse Vescovi ao Estadão/Broadcast. Já Bittencourt avaliou que vincular o crescimento das despesas ao aumento das receitas dificulta o ajuste.

Outro renomado especialista em contas públicas, Fabio Giambiagi, fez contas que mostram "tudo para cima": gasto, receita e resultado. "O arcabouço fiscal é a banda diagonal endógena de Fernando Haddad. De qualquer forma, ele merece ser apoiado, porque ele será bombardeado pelos tonton macoutes, quando perceberem o que a regra implica para 2024", ironizou.

PISO DE DESPESAS. Giambiagi não diz, mas sua fala é uma referência indireta ao valor que a nova âncora vai permitir aumentar de gasto em 2024, no

primeiro ano da sua vigência. A depender do comportamento da regra, ela pode ficar mais próxima do piso de 0,6% acima da **inflação** previsto no arcabouço. Um "mau começo", na visão dos petistas - o que pode provocar uma alta rejeição entre seus parlamentares.

O governo mudou, inclusive, o cálculo de referência da receita que servirá de base para definir o crescimento da despesa.

Vai abater da receita a arrecadação com royalties, concessões e dividendos, na tentativa de um cenário mais favorável.

No partido do presidente Lula, as críticas têm aumentado. Lideranças veem a regra de Haddad como um "novo teto de gastos".

O ministro e sua equipe saíram em defesa da regra numa mobilização junto às lideranças do Congresso, empresários, investidores internacionais e nacionais.

Em meio a esse trabalho e aos problemas de comunicação com as medidas tributárias para garantir R\$ 150 bilhões de receitas - e sustentar a trajetória de metas fiscais e a volta do superávit -, a equipe econômica viu a Bolsa ter a melhor semana do ano e o dólar fechar abaixo de R\$5.

Embate

Texto recebeu elogios do FMI e do BC, mas enfrenta resistências dentro do próprio PT

Duelo de Titãs

AFFONSO CELSO PASTORE Ex-presidente do BC

"Essa equação (do novo arcabouço fiscal) só fecha com aumento brutal de carga tributária"

MARCOS MENDES Pesquisador associado do Insper

"Será difícil obter resultados primários melhores por conta do ponto de partida (de despesas) muito alto"

NIGEL CHALK Diretor-adjunto do Dpto. do Hemisfério Ocidental do FMI

"Estamos bem impressionados com o ajuste fiscal proposto para o médio prazo. Isso permitirá um bom equilíbrio"

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI Presidente do conselho do Bradesco

"A proposta é robusta e foi desenhada para agregar

previsibilidade, ao orientar o governo para uma boa gestão"

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Negociação tributária soma R\$ 400 bi em três anos e deixa Refis para trás

Eduardo Cucolo

São Paulo A lei que regulamentou as novas formas de negociação da dívida ativa da União com os contribuintes completou três anos na sexta-feira (14), com um saldo de R\$ 404 bilhões em débitos tributários negociados, R\$ 11 bilhões arrecadados e a previsão de receitas de R\$ 250 bilhões nos próximos anos.

Times de futebol como Vasco, Cruzeiro e Chapecoense, entes públicos e empresas em recuperação judicial estão entre os devedores que acertaram contas com a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) nas chamadas transações individuais, aquelas que envolvem valores acima de R\$ 10 milhões, desde 2020.

Aeronaves, imóveis, precatórios, direitos sobre marcas e venda de atletas estão entre os ativos entregues à União para garantir o pagamento.

Segundo a PGFN, um terço dos R\$ 2,7 trilhões da dívida ativa da União está classificado atualmente como garantido, negociado ou em processo de quitação, considerando também outros processos de cobrança. Há três anos, eram 14% nessa situação.

A consolidação da transação tributária é um dos fatores que têm contribuído para que União e contribuintes possam deixar para trás programas de parcelamento no formato Refis, que se mostraram ineficientes para separar o devedor contumaz de quem enfrenta problemas financeiros, segundo a procuradoria.

"O Refis não é uma política pública adequada para salvar contribuintes em dificuldade econômica. A intenção nunca foi essa. O programa não é feito para quem está quebrado. Grandes empresas economicamente saudáveis é que se aproveitaram", diz João Henrique Chauffaille Grognet, pro-curator-geral-adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS.

O Refis é um plano de parcelamento com desconto que desconsidera a capacidade de pagamento do contribuinte, e também as chances de recuperação da dívida. A transação define esses pontos como fundamentais para calcular descontos, entrada, prazo e garantias de pagamento.

"É um remédio moldado para o contribuinte. Tem aquele que vai ter 0,1% de desconto e aquele que vai ter 70%, que é o limite da lei. A política pública ficou mais acertada, porque você dá o desconto na medida da necessidade", afirma Grognet.

Ele destaca a transação excepcional da Covid-19, modalidade que ficou aberta de 2020 a 2022, a primeira na qual a PGFN fez programa amplo em que foi considerada a capacidade de pagamento de empresas e pessoas físicas.

Theo Lucas Borges de Lima Dias, coordenador-geral da Dívida Ativa, diz que cerca de 25% dos acordos firmados até o momento se referem a micro e pequenas empresas, considerando também negociações simplificadas (de R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões) e a adesão por edital para casos abaixo desse valor.

Dívidas com o **INSS** e com o FGTS também têm sido alvo de negociações. Neste último caso, o desconto é aplicado ao juro direcionado ao fundo e fica garantido o pagamento de 100% da verba devida ao trabalhador com juros.

Nos três primeiros meses de 2023, a PGFN arrecadou mais de R\$ 6 bilhões, com transação e outras estratégias de cobrança, valor que supera o do mesmo período de 2022.

Levantamento dos advogados Flávia Bortoluzzo e Filipe Luis de Paula e Souza, do escritório LBZ Advocacia, mostra desconto médio de 57% sobre multas, juros e encargos gerais em cerca de 200 transações individuais e prazo médio de parcelamento de 90 meses, mas com grande variação de acordo com o contribuinte.

"Nos programas de refinanciamento, eram estabelecidas condições gerais, com uma concessão padrão para todos os contribuintes, e isso gerava muitas distorções. Agora a gente tem uma solução montada conforme a necessidade do contribuinte, e com a Procuradoria à frente dessa solução as construções são muito mais técnicas", afirma Flávia Bortoluzzo, sócia da LBZ Advocacia.

"O escritório defende muito isto: explicar para o cliente que é viável essa negociação, abrir

informações financeiras que a Procuradoria já tem como acessar, mas que a gente vai levar com os nossos esclarecimentos de por que eu preciso de mais folego financeiro, por que acumulei aquele passivo." A transação é um instrumento utilizado em outros países, como EUA, Austrália e Reino Unido, segundo estudo do Núcleo de Pesquisa em Tributação do Insper, coordenado pelos advogados Daniel Zugman e Frederico Bastos, do escritório BVZ Advogados.

Zugman afirma que alguns estados e municípios brasileiros possuem leis regulamentando o tema, mas não colocaram a modalidade para funcionar na prática. Outros apenas repaginaram os Refis estaduais. Só o estado de São Paulo tem atuação mais robusta, segundo análise dos programas locais que deve ser publicada em breve pelo Insper.

"Alguns pegaram carona nessa terminologia de transação, mas na prática continuam implementando os parcelamentos nos moldes antigos, sem uma mensuração da capacidade de pagamento do contribuinte. Muitos estados e capitais publicaram leis regulamentando, mas ela nunca aconteceu", afirma.

Frederico Bastos diz que o modelo brasileiro está tendo sucesso na redução da litigiosidade e alta da eficiência da execução do crédito tributário, em um país com contencioso tributário trilionário e alto grau de litigiosidade.

"Pode ser que em um momento futuro, quando a gente tiver uma redução do contencioso, e a relação entre fisco e contribuinte estiver menos litigiosa, a gente reveja alguns critérios, mas hoje, está alinhado com o cenário em que o fisco e o contribuinte precisam sentar para conversar?"

+

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA EM 2022

R\$ 39,1 bilhões Recuperação total

R\$ 14,1 bilhões Transação tributária

R\$ 583,9 milhões FGTS

R\$ 404,3 bilhões Regularizado com transação até 2022

R\$ 2,7 trilhões estoque da dívida ativa

COMO FUNCIONA A TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA?

A transação é uma negociação de débitos tributários, com possibilidade de descontos e parcelamentos de acordo com a capacidade de pagamento do

contribuinte e as garantias envolvidas.

Quem pode apresentar proposta de negociação?

Débitos em contencioso administrativo (**Receita Federal**) ou inscrito em dívida ativa (PGFN)

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50248&maxTouch=10&_ga=2.175484650.910990154.1681541841-1953825147.1680533168&anchor=6476011&pd=d5a7b7a0791c0cd790551e5f0d0750b4

Impostos absurdos tornam tudo mais caro no Brasil (Editorial)

É preciso reconhecer que o governo está certo ao querer acabar com a sonegação na compra de mercadorias importadas de sites asiáticos como Shein, Alibaba ou Shopee. Não dá mesmo para aceitar a concorrência desleal de empresas que não pagam **impostos** com aquelas que operam dentro da lei. Mas as medidas formuladas para deter as artimanhas usadas para driblar a fiscalização, anunciadas com um misto de estardalhaço e trapalhada, levantaram uma discussão bem mais relevante: as alíquotas escandalosas dos **impostos** no Brasil.

Embora o governo diga que o imposto sobre a importação equivale a 60% do valor do produto, a realidade não é bem assim. Os 60% incidem sobre o valor acrescido de frete, seguro e outros elementos - em alguns estados, do ICMS. Como mostrou reportagem do GLOBO, em São Paulo ou no Rio uma blusa importada de R\$ 20 pode sair por quase R\$ 56, 180% mais cara que o valor anunciado (com 95% em **impostos**, que incidem também sobre o custo do frete). Em Minas Gerais, a taxa de importados fica em 113%.

Isso se os bens não custarem mais de R\$ 3 mil. Aí são obrigados ainda a pagar IPI, PIS, Cofins, sobre os quais incidirá a taxa de importação.

A ciência econômica ensina há séculos que deve haver um nível ótimo de taxa de arrecadação do governo sem criar aberrações para o contribuinte. Alíquotas altas demais, como as cobradas no Brasil, incentivam indiretamente a sonegação e o contrabando, impondo um custo adicional para combatê-los, exatamente como o governo tenta fazer agora.

O resultado é óbvio: com **impostos** tão altos, o empresário tenta repassar esse custo ao consumidor, e o brasileiro paga mais caro por tudo. Em 2010, uma capa da revista Época já questionava: "Por que tudo é tão caro no Brasil?". Ao comparar preços e níveis de taxa de produtos tão distintos quanto carros, celulares, geladeiras, camisas e batatas fritas em 13 países, a reportagem chegou a uma resposta simples: "**impostos, impostos e mais impostos**". Naquele tempo, eram frequentes casos de brasileiros que saíam do país para fazer as compras mais básicas, como enxoval para recém-nascidos. De lá para cá, a única mudança é que essas compras passaram a ser

feitas em sites asiáticos. Na comparação internacional, os preços e os **impostos** cobrados no Brasil continuam em níveis absurdos.

Para o governo, seria perfeitamente possível aumentar a arrecadação de outras formas, taxando de modo mais racional, com alíquotas mais civilizadas. Infelizmente, a reforma do caos tributário brasileiro, para acabar com cobranças em cascata e impor percentuais mais justos, nunca foi levada a sério entre os parlamentares.

Mais fácil adotar medidas demagógicas e puxadinhos de conveniência, como regimes especiais de taxa ou isenções destinadas a grupos de interesse que têm força de pressão no Congresso.

O governo faz bem em combater a sonegação. Faria melhor se conseguisse se colocar no lugar do cidadão, obrigado a pagar mais caro por tudo em razão da sanha arrecadatória e de um sistema de **impostos** irracional, cheio de regras abstrusas. Se há uma lição a tirar das trapalhadas do episódio dos sites asiáticos, é a urgência de uma **reforma tributária** que seja capaz de tornar os produtos e serviços brasileiros mais competitivos.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Alexandre Ostrowiecki Precisamos de regra que iguale carga tributária de empresa do Brasil e da China - PAINEL S.A.

PAINEL S.A.

São Paulo "A taxaçaõ tem que ser igual para todos, nem um centavo a mais nem a menos", afirma Alexandre Ostrowiecki, presidente da Multilaser, diante do debate levantado nesta semana sobre a isençãõ do imposto de importaçaõ nas encomendas de atã US\$ 50.

"Nãõ é sustentãvel uma situaçaõ em que os brasileiros sofram gigantesca carga tributãria para produzirem aqui enquanto os produtos entram de fora sem pagar", diz o dono da empresa brasileira, cujo portfãlio, de mais de 7.000 itens reũne desde tablet e smartphone atã equipamento esportivo e brinquedo.

Ele foi um dos empresãrios que, no começo do ano passado, participaram do movimento puxado por gigantes do varejo para combater o chamado camelãdromo digital, quando a **Receita Federal** começava a estudar medidas sobre o assunto.

"Entendo totalmente a raiva de muita gente na internet que consegue, por meio das plataformas, comprar produtos acessíveis e se deparam com os altos preços no Brasil. É importante direcionarmos essa raiva para a verdadeira culpada: a carga tributãria absurda que o Brasil impõe sobre produtos de consumo", afirma.

*

O sr. é um dos empresãrios que já vinham há bastante tempo alertando sobre a entrada de produtos sem pagar **impostos** no Brasil. O que acha da ideia de acabar com a isençãõ das encomendas atã US\$ 50? Produtos de consumo brasileiros abaixo de US\$ 50 já pagam atualmente **impostos** de cerca de 45% no Brasil, sem exceçãõ. Nãõ é sustentãvel uma situaçaõ em que os brasileiros sofram gigantesca carga tributãria para produzirem aqui enquanto os produtos entram de fora sem pagar nada.

A taxaçaõ tem que ser igual para todos, nem um centavo a mais nem a menos.

Acha que essa medida é suficiente para resolver o problema que as empresas brasileiras apontam como

concorrência desleal? Precisamos de regras que igualem a carga tributãria de empresas brasileiras e chinesas, sem atrapalhar a liberdade de competiçaõ e ofertas para os consumidores.

Nãõ adianta termos **impostos** exclusivos para brasileiros. Se a empresa brasileira paga cerca de 45% enquanto a estrangeira paga zero, isso vai, com absoluta certeza, levar ao fechamento da maior parte das indústrias e comércios do país e gerar uma massa de desempregados sem precedentes.

Esse assunto levantou uma reaçaõ forte entre os usuãrios das redes sociais contra o fim da isençãõ. Acha que isso pode atrapalhar o avanço da medida? Entendo totalmente a raiva de muita gente na internet que consegue, por meio das plataformas, comprar produtos acessíveis e se deparam com os altos preços no Brasil. É importante direcionarmos essa raiva para a verdadeira culpada: a carga tributãria absurda que o Brasil impõe sobre produtos de consumo, fazendo os produtos brasileiros custarem o dobro do que deveriam. Esse é o centro da discussãõ.

Nós precisamos baixar os **impostos** sobre consumo, como IPI, PIS, Cofins, ICMS, e com isso baratear os produtos de todos.

Na sua opiniãõ, falta conscientizaçaõ sobre a sonegaçaõ que pode acontecer nesse tipo de compra? Esse tema foi agravado por muita desinformaçãõ nas redes sociais, manipulaçaõ e meias verdades, muitas vezes para fins polítics. Quem olhar para o assunto de maneira calma e equilibrada vai chegar à conclusãõ de que o problema precisa ser resolvido colocando uma carga tributãria mais baixa para todos.

A situaçaõ atual, de subfaturamento, fraudes por parte de exportadores que se fazem passar por pessoa física e produtos falsificados nãõ é sustentãvel. Isso se agrava em algumas categorias, como brinquedos, por exemplo, em que encontramos produtos sem certificaçaõ de segurança e com materiais tóxicos para crianças.

O setor de brinquedos tem alertado sobre essa questãõ do Inmetro. Segmentos de bebidas também

levantam essa preocupação com a segurança dos produtos que entram nessa situação. No caso do eletrônico, tem também o agravante de segurança além do aspecto de arrecadação e concorrencial? No caso de brinquedos, certamente a preocupação com segurança é muito maior, porque já foram evidenciados casos de substâncias tóxicas nos produtos, colocando a vida de crianças em risco.

Mas os eletrônicos não deixam de gerar preocupação, especialmente pelas baterias. Se não forem de ótima qualidade e homologadas pelos padrões mais estritos, podem até gerar incêndios e explosões em casos extremos.

O problema do juro alto é outro assunto que tem incomodado o setor privado atualmente. O sr. vislumbra alguma melhora? Os juros altos são, infelizmente, a consequência natural de décadas de irresponsabilidade fiscal no Brasil cometidas por sucessivos governos, de diferentes partidos.

Enquanto houver buraco nas contas públicas, o governo precisará obrigatoriamente imprimir dinheiro, gerando **inflação** e forçando o Banco Central a manter juros altos para equilibrar a economia. A única solução eficaz para o problema dos juros é deixar o Estado brasileiro mais eficiente.

Raio-X

O empresário, que hoje é diretor-presidente da Multilaser, foi co-CEO da companhia entre 2003 e 2018. Formado em administração de empresas pela Eaesp-FGV, tem MBA na área pelo Ibmecc e uma especialização em gerência pela Harvard Business School. Antes, trabalhou no departamento de finanças da Unilever e na área de estratégia da Accenture.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50248&maxTouch=10&_ga=2.175484650.910990154.1681541841-1953825147.1680533168&anchor=6476011&pd=d5a7b7a0791c0cd790551e5f0d0750b4

"Reforma tributária não vai funcionar"

MARCÍLIO DE MORAIS

A proposta de **Reforma Tributária** encampada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a partir das propostas de emenda à Constituição - PEC 45, que tramita na Câmara, e PEC 110, no Senado -, podem aumentar a carga tributária para a população de baixa renda e ameaçam implantar um sistema que, a título de simplificar, apresente lacunas que tornem o "manicômio tributário brasileiro" ainda mais complexo. A avaliação é do economista Paulo Rabello de Castro, para quem "essa **reforma tributária** não é reforma, na realidade é mais uma arrumação".

O ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do Instituto Atlântico, entidade sem fins lucrativos formuladora de políticas públicas, fundada em 1993, Rabello de Castro lembra que o sistema atual de tributação foi modificado, principalmente, a partir do Plano Real, "como resposta torta para a dificuldade do Brasil, onde o ajuste político se faz com a ampliação constante da despesa do Estado, sempre acima e num ritmo superior ao crescimento do **PIB**. Ou seja, o **PIB** é cada vez menos capaz de sustentar a máquina estatal".

Autor do livro "O mito do governo grátis", ele defende a proposta de **reforma tributária** do Instituto Atlântico, que considera mais fácil de ser implantada do que a das PECs, que estabelecem período de transição, com a coexistência do imposto novo sobre o consumo com a tributação que será substituída. Para ele, a **reforma tributária** do governo não garantirá crescimento, como afirma a equipe econômica. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Estado de Minas, jornal dos Diários Associados.

A pergunta básica de todo cidadão é por que desde antes do Plano Real se fala na necessidade de **reforma tributária**, mas ela nunca foi feita. Qual o problema do sistema tributário brasileiro?

O principal problema, disparado, é o excessivo peso dos **tributos** sobre o consumo, em relação à carga incidente sobre renda e propriedade. O Brasil está estagnado em relação ao mundo, e muito mais em relação aos emergentes, por um conjunto de problemas. E a questão política e institucional é até mais grave do que esse manicômio tributário.

Na lista de fatores econômicos, que têm aspectos

institucionais envolvidos, é possível citar o sistema tributário como a representação do nosso descaminho. A representação maior da ausência de diálogo no plano político entre representante e representado.

Mas há ainda um emaranhado de **impostos** e regras.

Esse emaranhado de **impostos** surge como uma resposta torta para a dificuldade de enfrentar o que seria, numa síntese, a questão política brasileira, que é um Estado, que, no dizer do jurista Yves Gandra, "não cabe no **PIB**". Ou seja, desde antes do Plano Real, mas muito consistente a partir dele, o ajuste político se faz com a ampliação constante do Estado, e quando falo do Estado falo da despesa do Estado sempre acima e num ritmo superior ao crescimento do **PIB**. Ou seja, o **PIB** é cada vez menos capaz de sustentar a máquina estatal, porém, com um fator diabólico: a tributação. A tributação, através de especialistas competentes, consegue dar a volta no cidadão fazendo com que a receita consiga validar a obesidade estatal. E são três esferas de governo, e nisso o Brasil se distingue do resto do mundo. Portanto, temos, na realidade, três facas para cortar a mesma carne.

Mas e a simplificação da cobrança que está sendo proposta?

Não nos iludamos, não haverá **reforma tributária** quer segmentada - essa não tem a menor condição de passar - quer ampla, que dê jeito na estagnação brasileira. E é por isso que não é a bala de prata de que fala a ministra [Simone] Tebet. Se não houver um reconhecimento de que o Estado é obeso, e que precisamos fazer dieta nesse ente estatal, que além de obeso é improdutivo, não há como sair da estagnação. A cada real que o setor privado recolhe ao ente público, seja municipal, estadual ou muito pior, se for Brasília, ele perde potência produtiva. Esse real que ficaria na sua mão, ou na mão de um empresário, teria alocações muito mais bem boladas e eficientes no plano econômico.

Do ponto de vista das empresas, o que isso representa?

Temos contribuições agressivas sobre a receita bruta das empresas, sem perguntar se elas estão vendendo bem ou não, se elas estão lucrando no processo produtivo ou não, ou ao menos perguntar se elas estão realizando a transação completa para então enfiar o sistema PIS/Cofins, que são contribuições que

atingem a receita e que, portanto, vem em cascata com outros **tributos**.

Como se costuma dizer no jargão tributário, ela vem calculando por dentro e a taxaço já inclui o imposto. Recentemente, o STF, ainda que tardiamente, decidiu que o ICMS não constitui essa base impositiva, mas há décadas essa esperteza está montada.

Agora, até em boa hora, essas propostas que estão aí estão falando em calcular a tributação como deve ser, por fora, ou seja, cada uma utilizando o custo aquisitivo dos produtos, livre da própria tributação. Mas isso, obviamente, vai engordar a alíquota que será necessária para equilibrar, coisa que provavelmente eles calcularam mal.

A alíquota única não vai diminuir a complexidade?

A alíquota única de que tratam as PECs 45 e 110, de única não tem nada. Esse é um aspecto pouco visualizado. Na ânsia de estabelecer uma concordância de entes federados a proposta, que é um Frankenstein, trata de fazer essa alíquota única, digamos que seja 25% (que não será), ser dividida em três parcelas: a federal, a estadual e a municipal. Está calculada participação de 14 pontos para os estados, 9 pontos para a União e 2 pontos para as municipalidades.

Essa seria a partilha, mas já se sabe que os principais estados e municípios não terão capacidade nas suas máquinas públicas com essas participações.

Então, as PECs propõem que cada estado e município tenha liberdade de fazer o ajuste necessário. Nesse momento, Lavras vai colocar 2,5 e o [governador Romeu Zema, que está apertado, com deficit crônico, vai botar 14,7 e a União vai ficar com os 9 pontos. Portanto, tem oneração de 0,7 do Zema e 0,5 de Lavras, o que dá 1,2 de oneração além dos 25%. É óbvio que as unidades federadas mais poderosas vão ter mais condição de impor ônus. Então, vamos ter que consultar um almanaque, porque há 5.570 municípios. Portanto, a alíquota única não existe. Imagine o grau de confusão que vai se instalar na hora em que esse sistema novo entrar em operação.

Como o senhor avalia a proposta do cashback tributário?

Aqui a esperteza tem nome. A mais recente manifestação nas propostas oficiais é pintar esse santo do pau oco de cashback, um termo de promoção comercial que, no supermercado e no shopping, é um cupom de desconto.

Será um arremedo de desconto, porque, na realidade,

pretende-se elevar brutalmente a taxaço sobre a cesta de consumo da população mais pobre e, depois, identificá-la se possível, dando a devolução, que é o cashback. Uma vez instalada essa monstruosidade, ela vira um objeto feroz de manipulação política.

O governo fala em um período de transição para acomodação do imposto novo com o imposto velho. Não há risco de haver bitributação?

Claro. O país vai sofrer muito, porque vai aumentar o nível de litígio, que já é disparado o maior do mundo na área fiscal. A meu ver, estamos muito próximos a uma situação insurrecional, porque vai se tornar absolutamente inaceitável, intolerável, e as pessoas vão para as ruas. Eu não acredito que a racionalidade vá prevalecer, porque o Congresso, instado a entregar essa bala de prata, ou de festim, para o governo federal, que precisa dizer que realizou algo - assim como o anterior realizou a pior reforma da Previdência de todos os tempos. Essa **reforma tributária** não é reforma, na realidade, é mais uma arrumação.

Quando as pessoas perceberem que o número de **tributos** aumentou em vez de diminuir, nós teremos o primeiro elemento básico para uma fagulha insurrecional, para uma revolta popular.

Do ponto de vista da carga total, a proposta de reforma tem neutralidade, sai de 32% de carga tributária e fica perto de 30% com a proposta do Bernardo Appy, mas estamos muito acima dos EUA e abaixo da média da OCDE? Pretende-se manter uma carga constante?

Não há isso, porque, ao mexer numa parte importante, que é a tributação do consumo, deixando outras partes, como variáveis de ajuste, a tendência é haver uma escalada nessas variáveis de ajuste. O governo e o ministro [Fernando] Haddad já deu sinais disso e disse que, embora sem elevar a carga, vai correr atrás de quem não está pagando. Isso, em princípio seria legítimo, mas desde que ele estivesse saindo fora da tributação do consumo, onde ele será 9 em 25. Na proposta do Instituto Atlântico, a gente prevê que a União ela deve, sim, buscar quem ainda não paga **tributos** sobre a renda, mas exonerando a participação da União nessa infernal tributação do consumo.

Esse é o movimento política e moralmente correto.

O que é essa proposta do Atlântico?

É cumprir a lei. No Brasil, não se cumprem certos dispositivos legais porque não interessa. Existe um Conselho de Gestão Fiscal determinado no Artigo 77 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é respeitada

até pelo PT. O Conselho de Gestão Fiscal teria a participação dos três níveis de governo e seria o equivalente, na área fiscal, ao Conselho Monetário Nacional, que é o órgão máximo na área monetária. Cadê o Conselho de Gestão Fiscal? Não existe. Nunca se conseguiu sua regulamentação no Congresso Nacional. A proposta do Atlântico foi encaminhada por meio de um substitutivo do ex-senador Paulo Bauer (SC), que conseguiu, inclusive o voto da Simone Tebet.

Esse substitutivo incluía um teto não de gastos, mas um teto de tributação, um teto de carga, que poderia ser, realisticamente, de 33% (do **PIB**). Assim, o país estaria bem mais azeitado para o crescimento. A proposta do Instituto Atlântico é trazer da faixa, incluindo o deficit primário, de 35%, 36%, gradualmente para um nível abaixo de 33%, sempre inferior de 33%, nunca acima.

Aí, sim você começa a ter um esforço de dieta dos entes estatais.

Governo sofre derrotas, e Planalto vê desarticulação política no Congresso

Thiago Resende, Victoria Azevedo e Julia Chaib
brasília O Congresso começou a destravar a pauta de interesse do governo e tem dado demonstrações mais claras das dificuldades do pre-sidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em consolidar apoio político no Legislativo.

O Palácio do Planalto acumulou, principalmente neste mês, série de derrotas e percalços na Câmara e no Senado.

A lista inclui convites e convocações de comissões para expor ministros de Lula e uma margem estreita de votos para aprovar celeridade à recontração no Mais Médicos, além da disputa pela relatoria da medida que recria o Minha Casa, Minha Vida.

Governistas citam ainda frustração com o PDT e o PSB por não formarem um bloco na Câmara com o PT, além da articulação, mesmo entre aliados, contra os decretos do presidente que mudam as regras para o setor de saneamento.

Integrantes do Palácio do Planalto e pessoas próximas de Lula afirmam que os episódios recentes demonstram falhas da articulação política e no controle da pauta, e não necessariamente falta de apoio ao governo. A avaliação é que, se os aliados fossem mobilizados devidamente, os resultados seriam mais alinhados aos interesses do Executivo.

O Planalto ainda não passou por um grande teste para saber qual o tamanho da base no Legislativo. Mas os sinais, até o momento, têm sido negativos para o petista -o que tem gerado preocupação entre parlamentares e integrantes do núcleo político.

Eles temem que, caso essa situação não seja ajustada, venha a prejudicar a votação de matérias consideradas prioritárias para o governo, como o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**.

Essa mesma avaliação foi dada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em entrevista à GloboNews na quinta-feira (13). Ele afirmou que o Executivo precisa "melhorar sua engrenagem política" e "fazer com que as coisas andem, para que a sua base esteja azeitada" no momento em que forem votadas matérias econômicas.

Entre os percalços enfrentados pelo governo Lula no Congresso está a votação da urgência para o projeto sobre o Mais Médicos, apresentado pelo deputado Odair Cunha (PT-MG), na última terça (11).

Eram necessários 257 votos para aprovar a celeridade à proposta. O governo conseguiu 264 -uma vantagem de apenas 7 votos. O placar preocupou aliados de Lula.

Uma das explicações para esse resultado foi a participação na votação de apenas 409 dos 513 deputados, a pesar do interesse do Planalto na pauta. Além disso, houve 144 votos contrários à urgência, inclusive de integrantes de PSD, MDB e União Brasil -partidos com três ministérios cada um.

Em um revés, o governo teve que intervir numa disputa pela relatoria da MP (medida provisória) que recria o Minha Casa, Minha Vida. O líder do PSOL, Guilherme Boulos (SP), aliado do governo, chegou a ser designado relator do texto, mas precisou ceder espaço para o deputado Fernando Marangoni (União Brasil-SP).

O parlamentar, que se posiciona de forma independente, ao tomar posse como deputado, se tornou coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento Básico. Esse grupo tem discutido propostas para derrubar parte de decretos de Lula, assinados em abril, e que tratam de regras para o setor.

A articulação do Planalto também tem enfrentado dificuldade em decisões de comissões da Câmara e do Senado. Diversos colegiados têm aprovado convites e convocação (comparecimento obrigatório) para que ministros compareçam ao Congresso para dar explicações ou falar sobre prioridades das pastas.

Embora os casos sejam vistos como possível fonte de desgaste, por expor ministros a questionamentos da oposição, aliados de Lula minimizam os episódios, dizendo que o governo conseguiu transformar vários pedidos de convocação em convites.

Nos últimos dias, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aprovou o convite para sete ministros, inclusive Fernando Haddad (Fazenda). O ministro da Justiça, Flávio Dino, já foi a

duas comissões na Câmara e acabou sendo convocado para comparecer em maio a uma comissão do Senado.

Além disso, em votações na Câmara o governo acumulou pequenas derrotas nas últimas semanas. A primeira delas foi no fim de março, com a MP que afrouxou as proteções à mata atlântica.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), buscou minimizar, afirmando que "não houve nenhuma votação de derrota do governo". "Coisas periféricas que não interferem em nada." Outro exemplo é a MP sobre o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), editada no governo Jair Bolsonaro (PL), que não foi levada para votação por falta de acordos entre governo e Legislativo. Nesse caso, a ameaça de derrota do governo em plenário poderia tomar outras proporções, uma vez que a MP é relatada pelo próprio líder governista.

Na terça, em sessão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, a oposição, liderada por Deltan Dallagnol (Podemos-PR), conseguiu barrar convite do PT para o advogado Rodrigo Tada Duran discursar no colegiado.

Tacla Duran, que trabalhou para a empreiteira Odebrecht e é réu da Operação Lava Jato, fez acusações de extorsão contra o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) e Deltan.

A formação da comissão é tida como exemplo de deslize da articulação política do governo na Câmara. O colegiado, que tem o poder de convocar ministros de todas as áreas, tem apenas 8 parlamentares de partidos da base do petista entre as 20 cadeiras titulares e é presidido pela bolsonarista Bia Kicis (PL-DF).

Além disso, pessoas próximas a Lula citam ainda a frustração com o PDT e PSB por não formarem um bloco na Câmara com o PT e terem se aliado a um grupo de 173 deputados alinhados a Lira.

Oficializado na quarta (12), o bloco é formado por PP, União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além de PDT e PSB.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50248&maxTouch=0&_ga=2.67882325.532985750.1681625785-1644899852.1665094077&_mather=e00a4b5df5bda6ac&anchor=6476012&pd=3745cf4027fcdbad47dce33e9092d874

Compras digitais: governo não vai recuar, diz Casa Civil

ALICE CRAVO E RENAN MONTEIRO

A Casa Civil afirmou ontem que o governo seguirá com o plano traçado pelo Ministério da Fazenda de acabar com a isenção nas remessas internacionais, o que afeta plataformas digitais como as asiáticas Shopee, Shein e AliExpress, entre outras. O plano da Fazenda é retirar, por meio de medida provisória (MP), a regra que isenta de **impostos** as remessas internacionais entre pessoas físicas com valor inferior a US\$ 50 (cerca de R\$ 250).

Em entrevista à Rádio CBN, o ministro Rui Costa afirmou que o objetivo da medida é fazer com que as varejistas on-line permaneçam dentro das regras existentes: -Não se trata de uma nova lei, de uma nova MP, de um novo decreto, trata-se apenas de fiscalização, para que todas as empresas que fazem comércio eletrônico continuem fazendo o comércio eletrônico dentro das normas existentes. Não se pretende editar uma nova norma. Apenas intensificar o processo de fiscalização para que todos cumpram a lei.

Após a entrevista, a Casa Civil afirmou em nota que continua valendo a informação da Fazenda de que "haverá publicação de MP para reforçar o processo de fiscalização das compras on-line." Procurada pelo GLOBO, a pasta afirmou estar alinhada com o fim da isenção defendido pela Fazenda.

O fim da isenção não significa a criação de um novo imposto, mas, na prática, com o aperto da fiscalização, produtos que antes não sofriam taxaço até US\$ 50 sofrerão aumento de preço.

BUSCA DE REGULARIZAÇÃO Na China, como parte da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que uma plataforma havia procurado o governo dizendo que gostaria de regularizar sua situação: -Já fomos procurados por uma grande dessas dizendo: "quero me regularizar, não quero que pareça à opinião pública brasileira, ao governo brasileiro, que estou aqui me valendo de um artifício para ampliar minha participação de mercado." Segundo o jornal Valor Econômico, o Cainiao Network, braço de logística do grupo Alibaba -dono da AliExpress - assinou memorando de entendimento com os Correios.

Uma fonte disse ao GLOBO que todas as plataformas estão procurando o governo para conversar depois do anúncio sobre o aperto da fiscalização. Segundo essa fonte, Shein e AliExpress já teriam feito contato.

O vice-presidente e ministro do Comércio e Indústria, Geraldo Alckmin, também defendeu o fim da isenção: - O comércio eletrônico é positivo, mas precisamos ter uma concorrência leal.

Os setores de vestuário e calçados estão entre os mais atingidos pela concorrência desleal das plataformas asiáticas. A Abicalçados estima que a taxaço correta dessas redes de ecommerce vai preservar 9 mil empregos no país, diz o presidente da entidade, Haroldo Ferreira. Já a Abit, associação do setor têxtil, avalia que a taxaço isonômica dessas empresas poderia adicionar cerca de 12 mil postos formais diretos à indústria do vestuário e mais 2,7 mil indiretos.

-Ninguém quer combater as plataformas digitais -disse Fernando Pimentel, presidente da Abit. - O que se demanda é que os mesmos **impostos** que devem ser pagos pelas empresas brasileiras para vender seus produtos também sejam pagos por essas empresas.

APPY: REFORMA RESOLVERIA O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou ontem que a **reforma tributária** vai solucionar as irregularidades no comércio eletrônico: -A **reforma tributária** já estaria resolvendo estruturalmente o problema, na medida em que todos os países que têm IVA [Imposto sobre Valor Agregado] exigem que sites que querem vender no país precisam ser registrados como contribuintes, e só vendem se tiverem recolhido o IVA em condições de equivalência com a tributação doméstica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arcabouço: mudança no ICMS não deve ter efeito no curto prazo

GLAUCE CAVALCANTI, MANOEL VENTURA E JOÃO SORIMA NETO

Uma das principais propostas para ampliar a arrecadação e alcançar as metas previstas no novo arcabouço, a tributação de empresas que contam com benefício fiscal concedido por estados via ICMS não é tarefa a ser posta em prática no curto prazo, avaliam especialistas. E poderia resultar em judicialização e afetar o caixa de grandes varejistas.

A proposta é que esses benefícios fiscais sejam incluídos na base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sempre que forem utilizados como custeio da empresa. O montante usado como investimento seguiria isento.

A medida renderia entre R\$ 85 bilhões e R\$ 90 bilhões, segundo cálculos da equipe econômica.

-Não é mudança tão imediata quanto o governo deseja. Há um rito legislativo para alterar a lei complementar que tornou esse benefício isento. Ainda que houvesse agilidade em aprovar, a tributação no IRPJ só se aplica no ano seguinte, enquanto na CSLL em um prazo de 90 dias apartir da publicação da nova regra - explica o advogado tributarista Eduardo Lustosa, sócio do escritório LLH.

A Lei Complementar 160, de 2017, definiu que todo incentivo via ICMS é visto como investimento e fica isento de tributação via IRPJ e CSLL.

Antes disso, o entendimento era de que, se esse benefício fosse usado pela empresa como investimento, ele estaria isento. Se entrasse como receita, deveria ser taxado. E esse debate voltou à mesa.

-Em março, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) resolveu analisar o tema, após um questionamento da **Receita Federal**, de 2021, de que apenas benefício usado para fomento é isento. Essa avaliação pode levar anos, ou ser priorizada diante do anúncio do Haddad -destaca Bianca Xavier, advogada tributarista e professora da FGV Direito Rio.

O julgamento na Corte está marcado para o dia 26.

Do lado do governo, a medida é importante para ampliar arrecadação.

-Vamos beneficiar alguns grupos econômicos que estão fazendo uso indevido da legislação ou vamos fazer a nossa reparação social? Quem vai escolher é a sociedade. Estamos convictos de que temos que acabar com isso para poder manter o eixo de reparação social com responsabilidade fiscal. Se não, a despesa vai crescer menos -diz o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Segundo ele, o governo ainda avalia se vai propor a mudança por medida provisória ou projeto de lei. Ceron nega aumento de carga tributária e ressalta que se trata de um ajuste da base fiscal: -Quem não paga precisa pagar. Isso é uma questão de isonomia tributária.

O economista e ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega reconhece o esforço do governo, mas avalia que poderá haver judicialização: -Não é fácil mexer em incentivos fiscais. Pode levar a judicialização, chegando até ao Supremo. Pode acontecer como na discussão sobre a exclusão ou não do ICMS da base de cálculo do PIS/Confins, que se arrasta há anos. Com isso, a receita esperada pelo governo pode não vir agora.

Acho que este é um pilar muito frágil do arcabouço fiscal e que, além disso, ainda depende da aprovação do Congresso.

REPASSE PARA OS PREÇOS O analista Lucas de Aragão, da consultoria política Arko Advice, afirma em relatório que a medida teria que ser enviada ao Congresso como um projeto de lei complementar.

Para ser aprovado, precisaria ter maioria na Câmara e no Senado. Ele acredita que, como o varejo é um grande empregador, isso dificultaria a aceitação da medida entre os parlamentares.

A medida impacta o varejo em particular porque a incidência da tributação se traduz em custo. Como o setor tem margens muito comprimidas, isso traz aumento de preço.

O aperto na tributação das plataformas de e-commerce que vendem artigos importados, como

Shein, Shopee e AliExpress, pode ajudar nas negociações com o varejo.

-Pode ser uma moeda de troca do governo. Hoje, quem concorre com as asiáticas está sofrendo, porque elas vendem a preços baixos e sem tributação -avalia Lustosa.

Relatório do Santander, assinado por Aline Cardoso e Ítalo Franca, olha de perto como esses benefícios aparecem nos balanços de companhias do varejo em 2022.

Se houver mudança, quem tende a perder mais no varejo, segundo o relatório, é o Grupo Soma, dono de Farm, Animale e Hering. A companhia teve 44% do lucro líquido vindos desses benefícios.

Depois, viriam Via (de Casas Bahia e Ponto), com 41%; Grupo Mateus, de alimentos, com 34%, e Grupo SBF (de Centauro e Fisia, que opera a Nike no Brasil), com 31%.

Aline explica que não é possível dizer que existe uso equivocado do benefício: - As empresas encontraram formas de ficar de pé, jogaram dentro do jogo e tentaram se proteger. Elas dizem que é tudo investimento. E, pela lei atual, é verdade.

O impacto prático para o varejo vai depender da posição do STJ no próximo dia 26. Se decisão for favorável ao governo, as empresas perderiam parte do custeio.

-O natural seria repassar esse custo via preço ao consumidor, o que não é viável para todas as empresas. E isso vai virar **inflação**. Como o Banco Central vai cortar juros? -indaga ela. -Mas especialistas dizem que a tendência é que as empresas judicializem. Pode levar anos e sair quando já estivermos em um novo regime de tributação de consumo.

As empresas foram procuradas pelo Santander, diz Aline, mas não abriram dados. A exceção foi a Intelbras, que tem 50% do benefício usados para custeio. Em caso de tributação dessa parte do benefício, a empresa poderia ter a receita líquida de 2023 impactada negativamente em até 10%.

Procuradas, as demais empresas não comentaram.

"Ainda que houvesse agilidade em aprovar, a tributação no IRPJ só se aplica no ano seguinte, enquanto na CSLL em um prazo de 90 dias a partir da publicação da regra" _ Eduardo Lustosa, advogado

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ato faz sociedade pagar aposentadoria de pastores, diz presidente do Sindifisco

Ranier Bragon

Brasília O ato do Fisco que ampliou a isenção a pastores evangélicos durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) usurpou a função do Congresso e não cumpriu os ritos de tramitação interna, representando um prejuízo relevante para os cofres públicos, diz o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão.

De acordo com ele, a interpretação dada pela Receita à época faz com que a aposentadoria de pastores evangélicos que recebem altos valores de suas igrejas sejam bancadas de forma irregular pelos demais trabalhadores.

"Estamos falando da isenção da cota patronal dessas [altas] remunerações. Ou seja, os trabalhadores submetidos a esse regime, os pastores, eles se aposentam. E as aposentadorias deles são pagas pelas contribuições dos demais trabalhadores", afirma o presidente do Sindifisco, órgão que representa os auditores fiscais da Receita.

Como mostrou a Folha, a Isenção tributária a pastores evangélicos publicada pela Receita às vésperas da campanha eleitoral de 2022 está passando por reavaliação interna do Fisco sob suspeita de ter ocorrido de forma atípica, além de ser alvo de uma investigação no TCU (Tribunal de Contas da União).

O ADI (Ato Declaratório Interpretativo) nº 1, de 29 de julho de 2022, ampliou o alcance da isenção previdenciária a igrejas como forma de livrar da tributação previdenciária mesmo aquelas prebendas-o valor pago pelas igrejas aos pastores por seu trabalho-que se assemelham mais a uma divisão de lucros da arrecadação de dízimo do que a remuneração fixa para a subsistência.

"O ato foi um absurdo, extrapolou a competência da **Receita Federal** e não foi à toa que não passou pelos órgãos técnicos da Receita. A gente vê, por exemplo, no caso das joias [dadas pela Arábia Saudita à família Bolsonaro], que quando a coisa passa pelas áreas técnicas, você tem ali um controle técnico, republicano. E foi o que não aconteceu, ao que tudo indica, nesse ato", afirma.

Falcão disse ainda que esse ato não tramitou na Receita. "Ele saiu do gabinete [do então secretário da

Receita] para o Diário Oficial Isso aí extrapolou a competência da **Receita Federal**, por um lado, invadindo a competência Legislativa, porque ele modifica o sentido da aplicação da lei, e, por outro lado, invadindo a competência do auditor fiscal de aplicar a **legislação tributária**."

Ele afirma que a tramitação deveria ter passado, por exemplo, pela Disit (Divisão de Tributação das Superintendências Regionais da Receita) e pela Cosit (Coordenação-Geral de Tributação) até chegar ao secretário da **Receita Federal**, que emite o ato, quando lhe cabe, ou passa para o ministro da Fazenda, quando é o caso.

"Há todo um sistema, que é feito para que o ato observe a disciplina legal. Ou seja, para que não seja um ato que saia da cabeça de uma pessoa, mas uma manifestação de uma instituição do Estado brasileiro. Para que isso aconteça, os procedimentos precisam ser observados", afirma.

O ex-secretário da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes, que assina o ato, afirmou que todas as normas adotados em sua gestão seguiram as regras, com tramitação nos órgãos internos.

A época, a Receita havia divulgado nota afirmando que o ADI "tão somente consolidou num único documento o entendimento já vigente sobre essa matéria, que já estava veiculado em lei e diversos diplomas jurídicos, como Soluções de Consultas e Pareceres", acrescentando que a diversidade de documentos estava gerando divergências internas.

Líderes da bancada evangélica defendem a edição do ato de 2022 pela Receita, afirmando que a atual revisão pelo Fisco representa perseguição política patrocinada pela esquerda.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50247&maxTouch=0&_ga=2.28197116.1762477249.1681540344-

[220933488.1665417057&_mather=fb6fb8057ecc5524](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=220933488.1665417057&_mather=fb6fb8057ecc5524)

Governo condiciona R\$ 172 bi em despesas no ano que vem à aprovação da nova regra fiscal

Brasília O governo Lula (PT) enviou ao Congresso uma meta para as contas públicas em 2024 que tem como objetivo central zerar o déficit primário no próximo exercício, mesmo considerando um valor extra de despesas a serem liberadas se aprovado o novo arcabouço fecal apresentado por Fernando Haddad (Fazenda).

Os números estão no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, elaborado com um total de R\$ 172 bilhões em despesas condicionadas à aprovação da nova lei para as contas públicas -que visa implementar um regime para gastos mais flexível que a atual regra do teto.

Prevendo uma elevação significativa no lado das despesas e mesmo assim uma melhora no resultado, o documento reforça a necessidade de um forte crescimento das receitas para que os cenários sejam cumpridos.

O governo conta com a melhora da economia para que parte desses ganhos seja obtida e refletida nos resultados projetados, mas usa nas contas um avanço do **PIB** acima do calculado pelo mercado. Para 2024, por exemplo, o governo prevê uma expansão de 2,34% da atividade -enquanto o mercado prevê 1,44%.

Ameniza a tarefa do governo o fato de o PLDO já incorporar o novo mecanismo de intervalo de tolerância para o resultado primário, previsto no arcabouço do governo (até hoje, o que vale é uma meta única). De acordo com o documento, a mudança pode ser implementada independentemente da aprovação da proposta da nova regra fecal.

O governo propõe no texto enviado uma banda de tolerância para o resultado de 0,25 ponto percentual do **PIB** para cima ou para baixo. Ou seja, o texto ainda permite ao governo registrar um déficit no ano que vem dentro desse intervalo. Com isso, a meta de 2024 permite desde um déficit de R\$ 28,7 bilhões a um superávit no mesmo montante.

Além disso, o governo prevê como alvo central em 2025 um superávit de R\$ 61,6 bilhões (0,5% do **PIB**) e em 2026 de R\$ 130,8 bilhões (1% do **PIB**). Os

números são referentes ao governo central-o que inclui Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central.

O PLDO estabelece as diretrizes e as metas para o exercício seguinte, moldando a proposta de Orçamento a ser discutido no segundo semestre. Neste ano, ele tem a particularidade de buscar equilibrar a realidade de duas legislações fiscais, a vigente -com o teto criado no governo de Michel **Temer** e que deu as bases do documento- e a nova regra para as contas públicas que está prestes a ser enviada pelo governo.

O Ministério do Planejamento afirma que a permissão para expandir despesas é necessária para a execução das políticas públicas prioritárias para o país, o funcionamento da máquina e o investimento da União.

O cenário central usado pelo governo é de, incluindo as despesas extras de R\$ 172 bilhões, tanto as receitas como as despesas ficarem exatamente em R\$ 2,1 trilhões -o que levaria a um resultado primário em 2024 de 0% do **PIB**.

O governo afirma no PLDO que tem o objetivo explícito de conter o déficit público para criar condições para a redução da taxa de juros no país, harmonizando a política fiscal e a monetária. Segundo a proposta, isso será alcançando com base em três objetivos.

O primeiro é a recomposição da carga tributária, que foi reduzida em percentual do **PIB** em 2022 a partir de benefícios tributários e desonerações. A segunda é a análise de despesas.

Já a terceira é justamente a definição de um novo arcabouço fiscal que seja crível e sustentável e dê sustentabilidade fiscal ao crescimento das despesas de forma a ancorar expectativas sobre a trajetória da dívida pública.

"A **reforma tributária** também será um importante pilar da condução da política fiscal, já que prima por promover ganhos de eficiência na economia brasileira e, com isso, impulsionar o crescimento e as receitas. Vale ressaltar que, do ponto de vista da carga

tributária, a reforma da tributação do consumo será fiscalmente neutra", afirma o documento.

Para estados e municípios, a previsão é de um déficit de R\$ 6 bilhões em 2024, mas de leve superávit de R\$ 1 bilhão em 2025 e de R\$ 1,1 bilhão em 2026.

A taxa média de câmbio prevista é de R\$ 5,25 até 2025, passando para R\$ 5,33 em 2026. Já a Selic média é estimada em 11,08% em 2024 (pouco abaixo da atual, de 13,75%), em 9,44% em 2025 e em 8,76% em 2026.

O governo ressalta que os números enviados no PLDO podem ser modificados caso a proposta de nova regra fiscal vá adiante ou novas regras surgirem. Uma dessas possíveis modificações é no salário mínimo, que na proposta apresentada não tem ganho real.

A ministra de Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta semana que o projeto iria ao Congresso com números temporários e "muito feios", por serem baseados no teto de gastos.

"A LDO vem com um número que fica temporário ali até a aprovação do arcabouço fiscal. Nós tivemos todo o cuidado de colocar ali, vincular a LDO aos novos parâmetros do arcabouço fiscal, se for aprovado pelo Congresso", disse ela na terça (11). "Foi esse detalhe que nós colocamos na LDO. Estamos condicionando os novos números a uma possível aprovação do arcabouço fiscal no Congresso." Nesta sexta (14), a ministra disse acreditar que o arcabouço deve ser aprovado ainda no primeiro semestre. Segundo ela, embora o arcabouço não seja ótimo, ele é bom, o que deve contribuir para sua aprovação no Congresso. FP e NG Colaboraram Lucas Bombana e Patrick Fuentes, de São Paulo

Números do PLDO para 2024 META DE SUPERÁVIT PRIMÁRIO Limite inferior Déficit de R\$ 28,7 bi (ou 0,5% do PIB) Alvo central R\$0,0 (ou 0,0% do PIB) Limite superior Superávit de R\$ 28,7 bi (ou 0,5% do PIB) SALÁRIO MÍNIMO R\$1.389 VARIAÇÃO DO PIB 2,34% MÉDIA DA TAXA SELIC 11,08% MÉDIA DA TAXA DE CÂMBIO R\$5,25 INFLAÇÃO (IPCA) 3,52%

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Reforma tributária longe do mundo real (Artigo)

Fernanda Terra

Tão logo assumiu a Presidência, Lula prometeu uma **reforma tributária** para o primeiro semestre de 2023. O modelo adotado foi o idealizado pelo Centro de Cidadania Fiscal, um think tank criado em 2015 que tem entre seus diretores Bernard Appy, nomeado secretário especial da **Reforma Tributária** neste governo. Isso mostra o grau de compromisso do Planalto com o texto - que é anterior ao governo Lula: o plano foi convertido na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi em 2019 e hoje pronta para apreciação no plenário da Câmara dos Deputados.

A PEC 45 não é a única sobre **reforma tributária** em tramitação.

Há também a PEC 110, no Senado, proposta apresentada pelo senador Davi Alcolumbre e que aguarda apreciação de um substitutivo do senador Roberto Rocha. O substitutivo contempla os textos das duas Casas e o governo já o acolheu em seus discursos.

Em comum, as duas propostas preveem a fusão de **tributos** incidentes sobre o consumo em um novo Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS. A diferença entre elas é que na PEC 45 haverá dois **impostos**: o IBS (resultante da fusão de IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) e o Imposto Seletivo (que incidirá sobre produtos e serviços que impactam a saúde e o meio ambiente).

Já no substitutivo da PEC 110 são três novos **tributos**: o IBS (resultante da fusão de ICMS e ISS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (resultante da fusão de PIS, Cofins e Cofins importação) e, ainda, o Imposto Seletivo, que incorporará o IPI, sem perder a finalidade extrafiscal de incidir sobre supérfluos.

As propostas são parecidas também nas promessas: simplificar o sistema mantendo a carga tributária e modernizá-lo aos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) praticado em outros países. Os três pilares são acabar com a sonegação, com os benefícios fiscais estaduais e federais e promover aumento do **PIB** em até 20% ao fim do período de transição de seis anos.

A promessa está nos discursos e nos jornais, numa

narrativa alinhada a um anseio geral de melhoria no sistema fiscal do País, marcado pela complexidade e alta carga tributária. Entretanto, analisando o conteúdo da proposta - e não só o que está sendo dito sobre ela -, vê-se enorme gap entre a idealização e a realidade, entre a narrativa e o futuro caótico.

Por exemplo: as alíneas "a" e "b" do inciso VII do art. 156-A do substitutivo da PEC 110 dizem que a alíquota do IBS será a soma da alíquota definida pelo Estado de destino com a alíquota do município de destino.

Temos 26 Estados e o Distrito Federal e 5.568 municípios no Brasil. Ou seja, cada Estado terá o número de alíquotas igual ao de municípios em seu território. Na prática, algo bem distante do ideal de simplificação do sistema.

Esse mesmo apontamento foi feito por um industrial que distribui seus produtos diretamente em todo o Brasil. O secretário Appy respondeu que tudo se daria de forma muito simples: bastaria fazer uma lista com todas as alíquotas dos municípios que atende, sobretudo porque elas só poderão ser alteradas anualmente e só passarão a valer no ano seguinte.

A afirmação mostra total desconhecimento do dia a dia de uma empresa. Alguém que diz isso nunca visitou um departamento contábil, fiscal ou tributário.

Nunca viu o desespero ante a pressão do departamento comercial para bater as metas.

Não conhece a realidade dos pequenos municípios.

A proposta fere o pacto federativo, retira autonomia dos Estados e trata de forma igual regiões com realidades econômicas diferentes.

Ainda na linha do descompasso entre o discurso e o texto, alardeiam que o IBS e a CBS não incidirão sobre eles mesmos, nem um sobre o outro, como sinônimo de transparência. O que não dizem é que o Imposto Seletivo será um imposto de caráter extrafiscal, portanto pode ter as alíquotas mais altas, e comporá a base do IBS e da CBS (art. 153, § 6.º, II). O IPTU só será atualizado uma vez a cada quatro anos, mas se esqueceram de dizer que isso poderá ser feito sem lei (art. 156, § 5.º).

Quanto ao IVA, insistem em vendê-lo como uma inovação.

Mas o novo imposto tem características semelhantes ao ICMS quanto ao débito e ao crédito, porém o aproveitamento do crédito não se dará pela escrita fiscal do contribuinte, mas pelo efetivo pagamento da cadeia anterior. Embora não esteja escrito, imagina-se que o Fisco será um grande banco, em que cada empresa terá uma conta corrente. Ainda que se considere isso inventivo e alinhado com as relações bancárias instantâneas, desconsidera-se a tensa relação entre o Fisco e o contribuinte. A proposta é muito distante da realidade de quem lida com o processo de compensação e restituição e conhece as estatísticas de saldo acumulado nas empresas.

Também inspiram ressalvas os seis anos de transição, quando as empresas administrarão os dois sistemas, passarão a lidar com um Conselho Federativo do IBS - que fiscaliza, distribui e julga -, bem como com o remanescente dos Fiscos e seus conselhos julgadores.

Apesar da ênfase de que não haverá aumento de carga tributária, a única garantia no texto é de que não haverá redução.

Analisando o conteúdo da proposta - e não só o que é dito sobre ela -, vê-se enorme "gap" entre a idealização e a realidade, entre a narrativa e o futuro caótico

ADVOGADA TRIBUTARISTA, É MESTRE EM DIREITO TRIBUTÁRIO PELA FGV/SP

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita aplicou mais de R\$ 44 bilhões em multas derrubadas pelo Supremo

Eduardo Cucolo

são paulo A **Receita Federal** aplicou, de 2010 a 2020, R\$ 43,7 bilhões em multas adicionais de 50% para contribuintes que tiveram negados pedidos de compensação de **tributos**. Essa cobrança foi considerada inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada.

O número foi obtido no governo federal pela Abat (Associação Brasileira Advocacia Tributária), que atuou no processo como parte interessada, e não inclui os valores de 2021 e 2022, o que pode levar o total de autuações a superar R\$50 bilhões, considerando a média anual do período anterior.

O governo calcula um impacto de R\$ 3,7 bilhões no caixa, colocando na conta a devolução das multas pagas nos últimos cinco anos e a perda de arrecadação em 2023. A diferença entre os dois números são valores que ainda estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial.

O STF considerou inconstitucional a multa isolada de 50% aplicada quando a **Receita Federal** indefere pedidos de compensação de **tributos**, com o argumento que a penalidade fere o direito à petição. Nesses casos, o fisco também aplica multa de mora de 20%, o que representa uma dupla punição para o contribuinte. O valor do débito é ainda corrigido pela taxa básica de juros.

O levantamento da Abat também mostra que 24% dos pedidos de compensação analisados pela **Receita Federal** de 2010 a 2020 não foram homologados pelo fisco, um total de R\$ 137,4 bilhões questionados pela instituição.

A decisão do STF tem repercussão geral. Ou seja, o entendimento será aplicado sobre outras que tratam do mesmo tema. A Fazenda Nacional ainda pode fazer questionamentos sobre a decisão, que será de observância obrigatória para os auditores e fiscalizações em andamento quando for publicado o acórdão.

Responsável pelo pedido e pela organização dos dados sobre autuações, o advogado Breno Vasconcelos, que atuou no caso como representante da Abat, diz não ver razões para um pedido de

modulação de efeitos por parte da Fazenda Nacional. Segundo ele, a modulação só existe em situações de relevante interesse social ou para preservar a segurança jurídica. Nesse caso, não houve mudança de jurisprudência, e o impacto financeiro já estava na Lei Orçamentária há algum tempo. Além disso, a posição de cinco ministros pela inconstitucionalidade já era conhecida pelo fisco desde 2020.

"Temos uma manifestação muito eloquente por parte do Supremo sobre a inconstitucionalidade dessa multa. Não vejo qual seria o argumento plausível para requerer a modulação", diz o advogado. "A União apostou nesse contencioso, não foi pega de surpresa." Filipe Richter, sócio da área tributária do Veirano Advogados, afirma que outras multas também estão sendo questionadas no Judiciário por seu caráter confiscatório. Entre elas, estão a ação contra a autuação isolada de 5% a 40% por descumprimento de obrigação acessória (Tema 487/RE 640452), aplicada sobre o valor da operação.

"Uma obrigação acessória, um mero erro de preenchimento de uma declaração, não pode gerar uma penalidade desse tamanho. São multas que acabam passando da linha entre razoabilidade e confisco", afirma Richter.

Segundo o tributarista, o STF já disse em algumas oportunidades que a multa que supera 100% do valor do tributo é confisco. Há casos envolvendo também o ICMS, o que já levou alguns estados, como São Paulo, a rever a legislação sobre o rol de penalidades deste tributo.

O presidente da Abat, Halley Henares, que também atuou no julgamento, afirma que a decisão serve como referência para tribunais e autoridades tributárias regionais, ao sinalizar limites para penalidades de **tributos** estaduais e municipais. Para Henares, o posicionamento dos ministros mostra ainda que não se pode presumir antecipadamente que todo contribuinte age com má-fé ou dolo.

"Mais do que a questão da multa isolada, a decisão do Supremo está indicando que sanções punitivas, como as multas, têm limites. Esse limite é não ter caráter confiscatório, observar a proporcionalidade e a razoabilidade." Rodrigo Maito, sócio do escritório Dias Carneiro Advogados, afirma que há uma tendência do

Supremo de calibrar o peso das multas em matéria tributária, ao aplicar o princípio da vedação ao confisco.

"O Judiciário está se mostrando atento a sanções que não são proporcionais à infração cometida. A penalidade tem de servir para reprimir e prevenir que haja conduta ilícita, mas, quando ultrapassa o valor do principal do tributo devido, ela passa a funcionar como um instrumento de confisco" afirma Maito.

Segundo o tributarista, a legislação sobre a multa isolada surgiu da iniciativa de punir aqueles que usavam de má-fé e faziam uso de créditos fictícios, por exemplo, para adiar o pagamento de **tributos**. Mas a lei acabou aplicando a punição a todos os contribuintes. "O governo decidiu criar uma norma que não identifica no caso a caso se há má-fé. A União quis combater um problema, mas criou outro." Em relação à multa já isolada de 50%, Maito tem a avaliação de que a própria União poderia cancelar de ofício as cobranças, de forma a evitar uma derrota nesses casos que gerasse ainda o custo de condenação para os cofres públicos.

Gustavo Brigagão, do escritório BDE (Brigagão Duque Estrada Advogados), afirma que a multa pelo pedido de compensação fere o direito constitucional à petição. "O fato de perguntar se o procedimento está correto não pode ser objeto de multa." Em relação ao voto divergente do ministro Alexandre de Moraes, pela inconstitucionalidade, exceto quando for comprovada falsidade, Brigagão afirma que o posicionamento poderia trazer insegurança jurídica e abrir brechas para manutenção das autuações.

"Nosso receio, como representantes dos contribuintes, é que a Receita e a Fazenda passem a ver falsidade em tudo, e você vai ter de continuar no contencioso para tentar demonstrar que naquela compensação não há falsidade alguma. Com essa ressalva feita pelo ministro abre--se uma janela para que todo o contencioso relativo a essa multa continue."

Receita negou 24% das compensações de **tributos** de 2010 a 2020 Em R\$ bilhões

Outras discussões 1. Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória (RE 640.452-Tema 487) Discute se multa aplicada em valor variável de 5% a 40%, relacionada à operação que não gerou crédito tributário, possui, ou não, caráter confiscatório 2. Multa de mora/ISS (RE 882.461/MG -Tema 816) Além da discussão envolvendo a incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, serão examinados os limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito

confiscatório 3. Multa qualificada (RE 736.090/SC-Tema 863) Limites da multa fiscal qualificada de 150% sobre a totalidade ou diferença do imposto ou contribuição não paga, não recolhida, não declarada ou declarada de forma inexata Fonte: Veirano Advogados

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Jogo de cena na reforma tributária (Editorial)

O grupo de trabalho da Câmara responsável por construir um texto para a **reforma tributária** começou a estudar formas para garantir tratamento diferenciado a alguns setores. De acordo com reportagem publicada pelo Estadão, o colegiado defende criar alíquotas específicas - e menores - para o setor de serviços, em particular as áreas de educação e saúde. Também se discute, no âmbito do grupo, assegurar benefícios ao agronegócio e ao transporte público.

Uma **reforma tributária** que se inicia assim começa muito mal. Originalmente, o cerne da proposta, resultado da fusão das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/2019 e 110/2019, é extinguir taxas federais, estaduais e municipais sobre o consumo e substituí-las pelo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que teria uma alíquota geral de 25%. A ideia por trás disso é simplificar o sistema, marcado por tantas exceções que tornam seu entendimento complexo e oneroso para o País.

É natural que os setores se mobilizem para entender as mudanças propostas na **reforma tributária**, explicar as particularidades das áreas em que atuam e propor sugestões de melhorias.

Mas o que tem acontecido no Congresso nada tem a ver com isso.

Trata-se de uma disputa na qual vence quem conta a história mais triste, cujo prêmio é pagar menos **impostos** que os demais.

Há 30 anos, há um consenso no País sobre a necessidade de modernização do sistema tributário, considerado confuso, regressivo e injusto. Como esse diagnóstico não vem de hoje, seria de esperar que a reforma já tivesse sido aprovada há muito tempo, o que nunca aconteceu. Mas isso não significa que o sistema tributário não tenha sido alterado ao longo de tantos anos.

Enquanto governo e Congresso não conseguem chegar a um denominador comum, inúmeros subterfúgios foram criados para reduzir a carga tributária de alguns setores - quase sempre sob a justificativa de criar ou manter empregos -, além de regimes especiais, desonerações e isenções concedidas para determinados segmentos. Algumas medidas são absurdas a ponto de gerarem créditos sobre **impostos** que nunca foram pagos, e que são usados pelas empresas para abater e quitar outros **tributos**.

Nenhum desses temas é novo para quem acompanha as discussões sobre a **reforma tributária**, como é o caso dos parlamentares que integram o grupo de trabalho, em particular o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta atual e da PEC 45/2019. Por isso, chama muito a atenção a quantidade de audiências e visitas que o colegiado tem feito para ouvir lamúrias de diversos setores nas últimas semanas.

A escolha do grupo de trabalho como meio para discutir a reforma já demonstra, por si só, a recusa do presidente Arthur Lira (PP-AL) em cumprir a proporcionalidade e a representatividade dos partidos e da população na Câmara.

Mas, ao menos em tese, por ser menor que uma comissão, um grupo de trabalho facilitaria a construção de um texto consensual para, depois, ser submetido ao plenário.

Mas o fato é que a maioria dos membros do colegiado, escolhidos a dedo pelo próprio Lira, tem atuado contra o objetivo central da proposta. Afinal, se todos os setores merecem receber tratamento especial, princípios como simplicidade, equidade, neutralidade e progressividade são abandonados ao longo do caminho. Ao fim desses debates, o País terá um sistema disfuncional e muito semelhante ao que já vigora hoje.

Daí se entende por que a reforma nunca foi aprovada. Para muitos, o apoio a esse tipo de proposta é meramente teórico. Se em público defendem mudanças, na prática querem manter tudo como está e preservar privilégios conquistados no passado.

O cronograma do grupo de trabalho da **reforma tributária** prevê que o relatório final seja apresentado até o fim de maio. Até lá, espera-se que os deputados tenham mais objetividade na condução dos debates e deem rumo à proposta final. O País depende disso para sair da armadilha da baixa competitividade e do crescimento pífito. Por enquanto, tudo indica que essas discussões não passam de encenação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Deputados ligados ao agro fazem ofensiva para retomar área de influência no governo - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

A MP da reestruturação dos ministérios promovida pelo governo Lula é alvo de uma ofensiva da bancada ruralista que, como prometido, deseja recuperar o comando de áreas transferidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Agrário. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Pedro Lupion (PP-PR), e outros parlamentares apresentaram emendas para retirar atribuições da pasta - mesmo após o ministro Paulo Teixeira (MDA) ter cedido cargos a indicados de Carlos Fávaro (Agricultura). Além de mirar a Conab, as emendas visam devolver para a zona de influência do agronegócio o Cadastro Ambiental Rural (CAR), hoje no Meio Ambiente, e o Incra, que se tornou ainda mais relevante na disputa com o MST.

I VERBO. Lupion reclama que o Cadastro Ambiental Rural virou "patrulhamento dos agricultores" na pasta do Meio Ambiente.

O órgão é um registro eletrônico de imóveis rurais utilizado no combate a crimes ambientais.

I CHEFE. O MST organiza uma comitiva para ir reclamar diretamente a Arthur Lira (PP-AL) na terça (18). "Quem mais precisa da Conab é o pequeno produtor.

O grande já tem toda a tecnologia.

No caso do Incra, mais ainda.

É uma insanidade deles levar para dentro da Agricultura. Só querem atrasar a reforma agrária", diz João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do MST.

I BA X SP. Três nomes despontam na eleição para representante dos trabalhadores da Caixa no Conselho de Administração - o posto era da presidente, Rita Serrano.

Eduardo Nunes tem apoio dos bancários de SP, Antônio Messias, dos da Bahia. Por fora corre Marcos Todt, do RS.

I MINADO. A relação de Lula com o ministro da

Justiça, Flávio Dino, já foi melhor. Segundo aliados, o presidente culpa o ministro pela fala equivocada sobre Sérgio Moro - Lula falou em "armação" na operação da PF que desbaratou uma quadrilha que queria sequestrar o ex-juiz. Lula queria ter sido orientado previamente pelo auxiliar e chegou a se queixar disso com ele há duas semanas na frente de testemunhas.

I MINADO 2. Aliados de Dino dizem que os episódios são irrelevantes diante do trabalho que ele tem feito na Justiça e incapazes de criar tensão com Lula.

I ESCUDO. Parlamentares governistas querem aproveitar a formação dos novos blocos na Câmara para mudar a composição da Comissão de Segurança Pública, majoritariamente bolsonarista. O PSB fez um acordo com os demais partidos do seu bloco para ocupar espaços e, assim, proteger Flávio Dino no futuro.

I APELIDO. Em encontro com empresários na casa do advogado Luiz Semeghin, nesta sexta (14), o prefeito de SP, Ricardo Nunes, chamou Guilherme Boulos (PSOL- SP), seu principal adversário em 2024, de "perifake". O apelido sugere que o deputado se passa por morador da periferia mas é de origem nobre.

I VOO. Marcos Pereira (Republicanos- SP), a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) e o relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), se somam a Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na edição do Lide, em Londres, na semana que vem.

SINAIS PARTICULARES

Flávio Dino, ministro da Justiça

PRONTO, FALE!

Paulinho da Força Presidente do Solidariedade

"Vamos trabalhar para implementar a regra de valorização do mínimo com o crescimento do **PIB**", diz, sobre LDO ter previsto reajuste só pela **inflação**.

CLICK

Ricardo Nunes Prefeito de São Paulo (MDB)

Recebeu miniatura do Cristo Redentor do deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), que deverá ser o candidato de seu partido no Rio nas eleições de 2024.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>